



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PAULO PARDO

**OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA
INDUSTRIALIZAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA -
PARANÁ**

Londrina
2013

PAULO PARDO

**OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA
INDUSTRIALIZAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA -
PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bassani

Londrina
2013

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P226i Pardo, Paulo.

Os impactos sociais e ambientais da industrialização : um estudo de caso no município de Sabáudia-PR / Paulo Pardo. – Londrina, 2013.

103 f. : il.

Orientador: Paulo Bassani.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Industrialização – Aspectos ambientais – Teses. 2. Administração municipal – Teses. 3. Desenvolvimento sustentável – Teses. 4. Planejamento municipal – Teses. 5. Gestão ambiental – Teses. I. Bassani, Paulo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III Título .

CDU 658:338.45

PAULO PARDO

**OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA - PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bassani
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Benilson Borinelli
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Wânia Rezende Silva
Maringá – UEM - PR

Londrina, 07 de agosto de 2013.

Aos docentes e pesquisadores

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me ter dado a oportunidade de exercitar uma ínfima parcela do Seu conhecimento supremo e de compreender, mesmo em pequeníssima escala, as relações entre essas complexas criaturas que são os seres humanos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Bassani, que teve a paciência necessária para compartilhar seus conhecimentos com um orientando por vezes inadequado e tardio.

Agradeço aos professores do PPGA da UEL por mostrar o caminho da obtenção e construção do conhecimento científico e pelas manhãs e tardes de compartilhamento que ficarão em minha memória para sempre.

Agradeço aos meus pais e a lembrança do meu querido pai que me dificultou concluir essa frase.

A minha esposa, Leila, que eu carinhosamente chamo de “corá”, por ser uma contração de “coração”, o que ela tem sido para mim pela maior parte de minha vida.

Aos meus filhos, Juliana, João Marcos e Paulo Daniel pelos quais eu vivo cada dia e na certeza que vocês são muito melhores do que eu.

Ao Francisco Navarro, nosso querido Chico, da secretaria do PPGA, que me apoiou e tranquilizou em muitos momentos quando não sabia o que fazer.

Aos meus amigos do mestrado que compartilharam comigo esta jornada, cada qual com suas ansiedades e conhecimento, que tornaram muito mais suave esta jornada.

A professora Siderly Barbosa, amiga dotada de uma inteligência e de um coração que não cabem neste mundo.

Aos diretores e reitoria da Unicesumar que me apoiaram de muitas formas para que eu pudesse concluir minha formação.

*Que há de mais misterioso que a claridade?...
Que há de mais caprichoso que a distribuição
nas horas e nos homens, de luzes e de
sombras? Certos povos perdem-se em seus
pensamentos; mas para nós Gregos, todas as
coisas são formas. Teremos somente suas
relações; e, como que encerrados no dia
límpido, construímos, por meio da palavra,
semelhantes a Orfeu, templos de sabedoria e
de ciência que podem bastar a todos os seres
razoáveis.*

(Paul Valéry)

PARDO, P. **Os impactos sociais e ambientais da industrialização**: um estudo de caso no município de Sabáudia - Paraná. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar os impactos sociais e ambientais em um pequeno município que passou por um processo intenso de industrialização, procurando responder a questão: “Quais foram os impactos sociais e ambientais com a instalação de indústrias em pequenos municípios, incentivada pelo poder público municipal?” A configuração da localidade espacial da sociedade em urbes, cada vez mais complexas, coloca desafios aos gestores públicos em responder às demandas das comunidades à elas vinculadas. Apesar de que as atenções voltam-se na maior parte das vezes para os problemas dos grandes centros metropolitanos, não se pode desconsiderar que nos pequenos municípios existem questões sociais e ambientais que precisam ser enfrentadas. O agir municipal dos gestores públicos locais objetiva atender um projeto político administrativo que atenda aos anseios da população, porém as respostas a estes anseios precisam ser legitimadas por uma representatividade dos segmentos sociais que pode se configurar de formas bastante diversas. As intrincadas relações entre o econômico e o social precisam ser consideradas, pois ações que tenham um resultado no curto prazo e que podem ser avaliadas positivamente pela sociedade podem trazer em seu bojo consequências muitas vezes imprevistas ou, se previstas, não compreendidas em seus desdobramentos. Para atender aos objetivos deste trabalho, procedeu-se um estudo de caso em um município que passou por um intenso processo de industrialização, ainda em curso, em uma linha de ação que buscou ouvir as impressões de representantes de diversos segmentos da sociedade local quanto às consequências deste projeto. Por outra via, procedeu-se um trabalho de triangulação dos apontamentos dos entrevistados com fontes externas, buscando-se evidências das impressões relatadas, reforçando a realidade encontrada in loco por um registro fotográfico. Considerando as propostas de ação e planejamento para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM que ocorrem globalmente, buscou-se extrair os efeitos da ação de industrialização sobre estes indicadores socioambientais. Ao final desta pesquisa, foi possível compreender as intrincadas relações no nível territorial, em um espaço urbano de pequeno porte e os impactos em aspectos sociais e ambientais provocados pelo processo de industrialização promovido pelo poder público local.

Palavras-chave: Industrialização. Impacto social. Impacto ambiental. Objetivos do Milênio. Agir municipal.

PARDO, P. **The social and environmental impacts of industrialization: a case study in the municipality of Sabaudia - Parana.** 2013. 103 p. Dissertation (Master's degree in Administration) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the environmental and social impacts in a small town that has gone through an intense process of industrialization, seeking to answer the question: "What were the social and environmental impacts of the installation of industries in small towns, encouraged by the city government?" The setting of the society's spatial locality in large cities, increasingly complex, poses challenges to public managers in responding to the demands of communities linked to them. Although most of the time the attention is directed to problems in the large metropolitan areas, one can not ignore that in small towns there are social and environmental issues that need to be addressed. The municipal acting of local public managers aims to meet a political administration that fulfills the concerns of the population, but the answers to these yearnings need to be legitimized by a representative of the social segments, that can be configured in quite different ways. The intricate relationships between the economic and the social need to be considered, as actions that have short-term results and can be evaluated positively by society can often bring unforeseen consequences in its inside or, if it's foreseen, it's not understood in its unfolding. To achieve the objectives of this work, we proceeded to a case study in a city that has been through an intense process of industrialization, still ongoing, in an action line that sought to hear the impressions of representatives from several segments of the local society, regarding the consequences of this project. Otherwise, we proceeded to work in a triangulation of surveyed notes with external sources, searching for evidences of the reported impressions, reinforcing the reality found *in situ* by a photographic record. Considering the proposed action and planning for the achievement of the Millennium Development Goals - MDGs occurring globally, we sought to extract the effects of industrialization action on these socioenvironmental indicators. At the end of this research, it was possible to understand the intricate relationships at a territorial level, in a small urban space and impacts on social and environmental issues, caused by the process of industrialization promoted by the local government.

Keywords: Social impact. Environmental impact. Millennium Development Goals. Municipal Act.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Convergência de Evidências (estudo único).....	47
Figura 2 – Categoria Adicional Proposta por Mayring	51
Figura 3 – Distribuição de renda.....	57

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Conjunto de casas populares em Sabáudia.....	61
Foto 2 – Principal área de instalação de indústrias no município.....	79
Foto 3 – Principal área de instalação de indústrias – início.....	80
Foto 4 – Indústria de móveis instalada no parque industrial.....	80
Foto 5 – Fábrica de móveis com barracão de grandes proporções	81
Foto 6 – Barracões industriais iniciados e não concluídos.....	82
Foto 7 – Área do Lixão Municipal	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –Dimensões e Categorias de Análises	49
Quadro 2 –Dimensões e propostas para pesquisa: o problema de pesquisa Revisado.....	52
Quadro 3 –Estrutura do Município.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade	55
Tabela 2 – Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado em 31.12, salários e outras remunerações, salário médio mensal e empresas atuantes	56
Tabela 3 – Variação percentual da população dos municípios da RM de Londrina – Censos 2000/2010.....	72
Tabela 4 – Número de Estabelecimentos e Empregos Segundo as Atividades Econômicas – 2011.....	84
Tabela 5 – Evolução no número de empresas no município de Sabáudia – 2008 2011.....	85
Tabela 6 – Número de Licenças Ambientais Emitidas – Sabáudia	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos em 2010.....	64
Gráfico 2 –Evolução do Ideb em Sabáudia.....	65
Gráfico 3 –Taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos – 1995 – 2011	68
Gráfico 4 –Número de óbitos maternos 1997-2011	69
Gráfico 5 –Número de casos de doenças transmissíveis por mosquito – 2001/2011.....	70
Gráfico 6 –Ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses – 2008	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IAP	Instituto Ambiental do Paraná
ONU	Organização das Nações Unidas
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2	OBJETIVOS	17
1.2.1	Objetivo Geral.....	17
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	RELEVÂNCIA/JUSTIFICATIVA	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1	REVISÃO CONCEITUAL.....	21
2.1.1	O Desenvolvimento Sustentável e Suas Implicações Urbanas e Sociais	21
2.1.2	A Discussão do Sentido de Pertencimento no Espaço Territorial.....	27
2.1.3	A Industrialização e a Urbanização no Contexto Capitalista da Modernidade.....	28
2.1.4	A Complexa Trama Social Urbana	32
2.1.5	A Regulação Ambiental e seus Desdobramentos	35
2.2	PLANEJAMENTO LOCAL.....	36
2.2.1	Indicadores Sociais e os Objetivos do Milênio – ODM	37
2.2.2	Relação entre Renda e Criminalidade	39
3	METODOLOGIA	41
3.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	41
3.2	COLETA DOS DADOS	41
3.2.1	Amostra da Pesquisa.....	41
3.2.2	Instrumento de Coleta de Dados	44
3.2.3	O Uso de Fotografia em Ciências Sociais	48
3.2.4	Categorias de Pesquisa.....	49
4	RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES	50
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO CASO.....	50
4.2	CATEGORIA EMPREGO.....	52
4.2.1	Triangulação da Categoria Emprego.....	54

4.3	CATEGORIA MORADIA E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	58
4.3.1	Triangulação da Categoria Moradia	59
4.3.2	Discussão sobre a Categoria Moradia.....	62
4.4	EDUCAÇÃO	62
4.4.1	Triangulação da Categoria Educação.....	63
4.4.2	Discussão sobre a Categoria Educação.....	65
4.5	SAÚDE	65
4.5.1	Triangulação da Categoria Saúde	66
4.5.2	Discussão sobre a Categoria Saúde	70
4.6	DEMOGRAFIA.....	70
4.6.1	Triangulação da Categoria Demografia.....	72
4.6.2	Discussão sobre a Categoria Demografia	72
4.7	CATEGORIA SEGURANÇA	73
4.7.1	Triangulação da Categoria Segurança Pública	75
4.7.2	Discussão sobre a Categoria Segurança	76
4.8	DIMENSÃO AMBIENTAL.....	77
4.8.1	Triangulação da Categoria Cobertura Vegetal	78
4.8.2	Triangulação da Categoria Licenciamento Ambiental.....	83
4.8.3	Discussão sobre a Dimensão Ambiental	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS.....	95
	APÊNDICES	98
	APÊNDICE A - Roteiro para a realização das entrevistas aos representantes da comunidade local.....	99
	ANEXOS	102
	ANEXO A – Lei orgânica do município.....	103

1 INTRODUÇÃO

Embora o foco dos estudos ambientais seja direcionado aos visíveis efeitos da poluição provocada pelas descargas de veículos e indústrias, às imagens de rios transportando em suas águas os resíduos gerados pela população e empresas nas metrópoles, os desafios de sustentabilidade presentes na moderna sociedade não são exclusivos dos grandes centros urbanos.

Historicamente, as pequenas cidades apresentavam-se como apoio ao seu entorno, basicamente formado por propriedades agrícolas de médio e pequeno porte. No estado do Paraná, o processo de colonização das regiões Noroeste e Norte marcou o surgimento, mais ou menos na mesma época – por volta das décadas de 1930 e 1940 - de diversos municípios, sendo que a maioria deles não experimentou um crescimento populacional acentuado, com exceção de poucos que acabaram por se tornar cidades polos e centros metropolitanos.

Aos municípios que permaneceram com suas populações em nível muito menor que as cidades polos restou oferecer aos seus munícipes condições para que estes buscassem nos centros maiores ofertas de trabalho e serviços públicos não disponíveis no âmbito do município. Assim, podemos visualmente constatar a migração diária de trabalhadores oriundos das pequenas cidades para trabalhar em cidades industrializadas, algumas a dezenas de quilômetros de distância.

Em contrapartida, os pequenos municípios ainda conservaram certa vocação rural, com áreas de mata nativa – embora em dimensões muito inferiores à cobertura original – rios, lagoas e corpos d'água que são utilizados para o lazer e fornecimento de água potável à população.

Ao tempo em que ocorrem as migrações de trabalhadores, estudantes e pessoas em busca de assistência e serviços públicos disponíveis em municípios com maior infraestrutura, é latente o desejo dos administradores dos pequenos municípios em ofertar as mesmas condições encontradas nas grandes cidades aos seus cidadãos, num esforço desenvolvimentista ora bem sucedido, ora fadado ao fracasso.

A própria lógica do capitalismo em encontrar novos espaços para exploração dos recursos naturais e novos mercados acaba vindo ao encontro de projetos locais ao propor novas configurações econômicas às pequenas cidades.

Programas de industrialização municipais e regionais têm transformado a paisagem dos pequenos municípios, outrora ladeados por lavouras e pastagens. A dedicação de espaços para instalação de indústrias de diferentes segmentos tem se tornado cada vez mais frequente, e essa realidade pode ser notada especificamente em pequenos municípios do Norte do estado do Paraná.

Em um movimento tão impactante como o da industrialização procedida em um território, os agentes públicos praticam uma política estabilizadora, que Queiróz (2009, p. 87) classifica como a que

Tem por objetivos otimizar o nível de emprego, buscar a estabilidade de preços e promover o crescimento econômico, o aumento da renda per capita etc. Para a execução das políticas estabilizadoras existem instrumentos fiscais e monetários. Exemplos de políticas fiscais são as compras e as vendas de estoques governamentais e a política tributária.

Entender os impactos dessa brusca alteração do perfil econômico nas relações sociais e ambientais do território pode contribuir para o estabelecimento de políticas públicas que ofereçam às populações das pequenas cidades o acesso adequado aos serviços públicos, a melhoria das condições de aquisição dos meios de subsistência e a preservação do meio ambiente regional.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O contexto ora apresentado conduz à formulação do seguinte problema de pesquisa: Quais foram os impactos sociais e ambientais com a instalação de indústrias no município de Sabáudia, incentivada pelo poder público municipal?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Esta dissertação tem como objetivo analisar a sustentabilidade ambiental e social no município de Sabáudia, Norte do Paraná, sob a perspectiva dos sujeitos desse território.

1.2.2 Objetivos Específicos

Compreender os impactos de ações do Poder Público na busca da industrialização dos municípios de pequeno porte em contextos ambientais e sociais da comunidade local a partir de um conceito de territorialidade.

Apreender as impressões dos sujeitos do processo de industrialização, suas avaliações, suas contradições em relação ao evento da industrialização.

Analisar os resultados ambientais no momento histórico pós instalação do parque industrial no município, sob os critérios de indicadores do ORBIS das Nações Unidas.

1.3 RELEVÂNCIA/JUSTIFICATIVA

A construção do território nacional – entendido como o espaço ocupado pela nação – ocorreu de forma desigual ao longo de sua história com relação à preocupação com o desenvolvimento econômico. O país passou por diversas configurações econômicas ao longo do tempo, como a escravocrata e a agrária-exportadora passando a ser um país urbano-industrial e com o predomínio do capitalismo no século XX, fomentando o crescimento de regiões específicas, notadamente a região Sudeste com o predomínio do estado de São Paulo, que até a década de 1970 detinha 81% da atividade industrial brasileira (COSTA, 2008, p. 90).

O restante do território nacional permaneceu com sua vocação predominantemente agrária, porém, com tentativas regionais de promoção de atração de indústrias, como pode ser observado nos bolsões de indústrias instalados em regiões metropolitanas espalhadas pelo país.

Um movimento notável, porém, pode ser observado na migração das populações rurais para áreas urbanas. De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), em 1950 a população rural brasileira era de 33.161.506 habitantes, o equivalente a 63,84% da população nacional. Apesar do aumento do número de brasileiros vivendo no campo nos vinte anos seguintes (passando ao número de 41.037.586), estes representavam nesta década 44% da população total. Para essa redução percentual, as razões atribuídas foram à modernização da agricultura, o parcelamento da terra no campesinato do

Sul e a abertura das chamadas novas fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte.

Na região Sudeste pode-se perceber a primeira e mais importante redução da população rural, com decréscimo de 42% entre as décadas de 1950 a 2000. A região Sul experimentou o mesmo processo, porém, mais acentuadamente a partir da década de 1970 e pelas mesmas razões anteriormente apontadas. Dados oficiais demonstram que, em 2000, a população rural da região Sul era 744.644 habitantes menor que na década de 1950 – uma redução de 13% - mesmo com a população total da região aumentando para 17.248.913 habitantes neste mesmo período (IBGE, 2000)

Considerando apenas o estado do Paraná, alguns números chamam a atenção no processo de ocupação e distribuição da população nos espaços urbanos e rurais. Em 1960, a população do Paraná era de 4,2 milhões de habitantes. Este número saltou para 7 milhões na década de 1970, 7,6 milhões na década de 1980 e 8,4 milhões no início da década de 1990. Até a década de 1970, mais de 60% da população paranaense vivia no campo, um número de 4,4 milhões de pessoas (IBGE, 2000). Esse contingente reduziu-se praticamente à metade (2,2 milhões de pessoas) no início da década de 1990, por fatores diversos, como a modernização da agricultura e a radical mudança da cultura agrícola, passando de cafeeira para a exploração de grãos e pecuária.

Esses movimentos de êxodo rural ocorridos nas décadas de 1970 e 1980 provocaram o aumento repentino da população dos pequenos municípios, com impactos em sua infraestrutura, ainda não plenamente compreendidos em sua complexidade.

Alguns municípios iniciaram processos de industrialização com a concessão de benefícios fiscais e cessão de terrenos para que empresas se instalassem em seu território, com o objetivo de gerar emprego e renda para suas populações.

O impacto dessas migrações populacionais já foi estudado em diversas produções científicas, porém, carecem de pesquisa os impactos ambientais e sociais resultantes das ações do Poder Público em iniciativas de industrialização em pequenos municípios.

O presente estudo servirá de base para a compreensão destes eventos, ao mesmo tempo buscando apreender as ações do Poder Público

municipal à luz dos Objetivos do Milênio, conforme avaliados pelos indicadores do ORBIS das Nações Unidas, sob uma perspectiva de sustentabilidade ambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REVISÃO CONCEITUAL

2.1.1 O Desenvolvimento Sustentável e Suas Implicações Urbanas e Sociais

Ao pensarmos sobre os municípios brasileiros, evocam-se à mente definições importantes como espaço urbano e território. Costa (2008) define território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (quem domina ou influencia e como domina e influencia este espaço).

Hegedüs, Vela (2003, apud VELA, 2003) ao tratarem sobre o tema desenvolvimento chamam a atenção para o uso do próprio termo desenvolvimento. Este, segundo esses autores, é tão indiscriminadamente utilizado que perde a força do seu significado, necessitando por vezes de complementos semânticos para expressar o foco considerado, dependendo a dimensão a ser pesquisada. É daí que surgem, por exemplo, termos como desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, tão em voga.

Basicamente, durante os anos pós Segunda Guerra Mundial, é no termo “desenvolvimento econômico” que as ideias se voltam, pois predominava o conceito de que, obtido o desenvolvimento econômico, poder-se-ia alavancar o consumo nas sociedades de países pobres, trazendo em seu bojo a melhoria das condições de vida de suas populações (HEGEDÜS; VELA, 2003, apud VELA, 2003, p. 32).

No entanto, especialmente a partir da década de 1960, passa-se a reconhecer que o desenvolvimento econômico não pode ocorrer dissociado de um crescimento acompanhante de outras variáveis, como a educação, por exemplo. Esta dimensão social passa a nortear as discussões desenvolvimentistas, claramente demonstradas numa declaração exarada em uma cúpula realizada pelas Nações Unidas na Dinamarca, em 1995. Entre outras expressões, a declaração sustenta que,

[...] o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente são componentes do desenvolvimento sustentável interdependentes e que se fortalecem mutuamente, o que constitui o marco de nossos esforços encaminhados para conseguir uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas... Portanto, [...] em termos econômicos e sociais, as políticas e os investimentos mais produtivos são aqueles que facultam às pessoas a aproveitar ao máximo suas capacidades, seus recursos e suas oportunidades (HEGEDÜS; VELA, 2003, apud VELA, 2003, p. 35).

A respeito do termo “desenvolvimento sustentável”, constata-se que seu uso surgiu em 1980, no documento conhecido como *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*, documento assinado em conjunto por órgãos como o *International Union for Conservation of Nature and Natural Resource* (IUCN), o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA), o *World Wildlife Fund* (WWF), a *Food and Agriculture Organization* (FAO) e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) (World Conservation Strategy, 1980). Classicamente e expresso neste documento, o desenvolvimento para ser considerado sustentável precisa necessariamente considerar três dimensões: social, ecológica e econômica (BELLEN, 2002).

Apesar de largamente discutido em âmbito acadêmico e institucional, o termo desenvolvimento sustentável ainda é considerado em construção, dada sua dinâmica e complexidade.

Uma definição também clássica e das mais conhecidas do termo “desenvolvimento sustentável” é oferecida pelo Relatório Brundtland (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, 2004 p. 10), definindo que “desenvolvimento sustentável [...] é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Autores que buscam uma leitura harmônica entre o social e o ambiental, defender um equilíbrio na busca da satisfação das necessidades humanas e a apropriação da natureza. Neste respeito, Bassani; Carvalho (2004, p. 76), destacam que,

Em se tratando de uma democracia ambiental é necessário construir e creditar uma concepção aos custos de modelos e da equivalência das necessidades, ou seja, construir um novo paradigma que indique as equivalências das reais necessidades de vida, para a definição de estratégia de apropriação da natureza. Essa reapropriação da natureza requer a construção de um equilíbrio na diversidade. E isso implica, segundo Leff (2001, p. 77), a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. Estes processos definem as condições de produção e as formas de vida de diversos grupos da população com relação ao manejo sustentável de seu meio.

A variável econômica permeia fortemente algumas definições de desenvolvimento sustentável, como defendem Pronk; Ul Haq (1992, apud BELLEN, 2005, p. 25) que destacam o papel do crescimento econômico para a sustentabilidade. Para estes autores, o desenvolvimento “é sustentável, quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema”.

Destacam-se ainda posições como a do filósofo Vieira Pinto (2005), que procura distinguir entre os termos crescimento e desenvolvimento:

Enquanto o crescimento tem caráter quantitativo, conservador, meramente expansivo e se faz em progressão aritmética, o desenvolvimento exprime-se como qualitativo, transformador da realidade e se faz em progressão geométrica. Diferem ainda no aspecto humano; o primeiro favorece uma minoria, ao passo que o verdadeiro desenvolvimento tem papel universalmente libertador (VIEIRA PINTO, 2005, p. 303).

Para orientar a presente dissertação, torna-se relevante a posição de Sachs (1997), para quem o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões principais:

- a) Sustentabilidade social, isto é, o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa da renda e dos ativos, assegurando uma melhoria substancial dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais diferenças entre os níveis de vida daqueles que têm e daqueles que não têm.
- b) Sustentabilidade econômica, tornada possível, graças ao fluxo constante de inversões públicas e privadas, além da alocação e do manejo eficientes dos recursos naturais.
- c) Sustentabilidade ecológica, implicando a expansão da capacidade de transporte da “nave espacial terrestre”, mediante a intensificação dos usos

do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, intensificação esta tornada compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial. O consumo de combustíveis fósseis e outros de esgotamento rápido, além de prejudiciais ao meio ambiente, deveriam ser reduzidos.

d) Sustentabilidade geográfica: os problemas ambientais são ocasionados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Dois exemplos expressivos desta tendência são a excessiva concentração da população em áreas metropolitanas e a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância crucial, devido a processos não controlados de colonização. Daí, a necessidade de se buscar uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de se estabelecer uma rede de reservas da biosfera, para proteger a diversidade biológica e, ao mesmo tempo, ajudar a população local a viver melhor.

e) Sustentabilidade cultural, que talvez, constitua a dimensão mais difícil de ser concretizada, na medida em que implica que o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, buscando a mudança em sintonia com a continuidade cultural vigente em contextos específicos (SACHS, 1997 p. 474-475).

Ao estabelecer que a sustentabilidade social vincula-se ao “estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento”, Sachs (1997) nos remete irremediavelmente ao padrão de crescimento hegemônico promovido pelas sociedades hodiernas que se traduz na busca da prosperidade econômica ofertada – pelo menos no pensamento coletivo – pelos espaços urbanos.

Santos (2009), em sua obra “A Urbanização Urbana”, aborda em muitos aspectos a complexidade do entendimento da ocupação dos espaços urbanos, não passível de ser compreendida em sua plenitude por uma única ciência. Santos, ele próprio um geógrafo por formação, cita J. R. Amaral (1980) ao reconhecer a necessidade para compor o conhecimento desta realidade de uma transversalidade científica para dar conta “dos níveis econômicos, sociais, políticos, culturais e mentais daquela realidade” (SANTOS, 2009, p. 15).

O enfrentamento do desafio desta compreensão multicientífica, multiparadigmática, não é tarefa simples e certamente não poderia, em sua totalidade, ser pretensão deste pesquisador ao propor a pesquisa objeto desta dissertação.

Por esta razão, no âmbito deste trabalho, o recorte a ser utilizado será o da sustentabilidade social e da sustentabilidade ecológica, num espaço territorial definido por um evento singular no seu contexto de territorialidade, qual seja, a implantação de um número significativo de indústrias através de um programa de industrialização conduzido pelo Poder Público Municipal.

O espaço territorial é o campo onde se travam os confrontos entre necessidades de recursos e as demandas legítimas das populações que o ocupam. É no território onde as interações se dão de uma maneira mais contundente, interações essas ora pacíficas, através de mecanismos democráticos de manifestação como o voto, ora mais agressivas, em explosões sociais na forma de protestos e acaloradas manifestações.

A sustentabilidade social é uma das reivindicações mais presentes no território. A visibilidade desta reivindicação acontece mais intensamente nas metrópoles e seus entornos. É a própria manifestação da vida nas urbes que, imperfeita na sua estruturação, provoca as deficiências sociais que cobram por um equilíbrio.

Conforme Santos (2009) expressa,

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 2009, p. 11).

No entanto, a visão de Santos (2009) não é totalmente pessimista. Na verdade, como reconhece, apesar de ser fonte geradora de conflitos, a cidade é, ao mesmo tempo, o local geográfico e político para possíveis soluções.

Relacionado à questão espacial, evidencia-se as cidades como recorte urbano do território, mais amplo e complexo de fato, mas não restritivo das especificidades do próprio território.

É imperativo analisar o conceito de território à luz da sustentabilidade ambiental e social, proposta central desta pesquisa. Dematteis (apud ALVES et.al. 2008) argumenta que o território não pode ser compreendido como a superfície na qual as atividades são projetadas, caso assim fosse, não seria necessária qualquer intervenção humana ou políticas a ele dirigidas.

Ao contrário, Dematteis (apud ALVES et.al. 2008) defende que o agir humano, quer individualmente, quer como sociedade, se efetiva com a utilização de recursos naturais primários, os equilíbrios hidrogeológicos e ecossistêmicos, além do próprio solo utilizado para as edificações, patrimônio histórico e artístico. Assim, frisa Dematteis,

São todos esses elementos, solidamente ligados ao solo e distribuídos no espaço geográfico de maneira variada que, combinando-se com as nossas exigências de viver, habitar e sonhar modelam no tempo a sociedade e economia. [...] A sociedade modela o território, sem considerar que o contrário também acontece. Por esse motivo, qualquer política econômica, social e cultural, que objetiva ser eficaz deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e, sobretudo, como meio e matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida (DEMATTEIS, apud ALVES et. al. 2008, p. 34).

O território visto em sua complexidade e imbricações é o espaço ideal para a atuação do agir político, a que chamaremos no decorrer deste trabalho como agir municipal, dado a especificidade do objeto do agir político sobre um bem social em comum.

É notável a preocupação das ciências em buscar apreender a complexidade do território, do espaço, ou, como argumenta Turra Neto (apud VESTENA, et. al. 2009), do lugar. Esta é, por exemplo, a preocupação da Geografia, ao relacionar a sociedade ao espaço, constituído de objetos geográficos naturais e construído por um lado e por outro pela vida que os preenche e anima, ou, dito de outra forma, da sociedade em movimento. Santos (2009) promove a elevação do espaço geográfico ao status de instância da sociedade ao lado da cultura, economia e política.

Como instância social, portanto dinâmica, é possível avançar o conceito de território para o de territorialidade, Dematteis (apud ALVES et.al. 2008) resgata a definição de territorialidade em Raffestin, para quem este termo define,

Conjunto de relações que uma sociedade, e por isso, os indivíduos, têm com a exterioridade e com a alteridade para satisfazer os próprios desejos e com a ajuda de mediadores, na perspectiva de obter a maior autonomia possível, tendo em conta os recursos de um sistema. Nesse caso, a territorialidade não é o resultado do comportamento humano sobre o território, mas o processo de construção de tais comportamentos, o conjunto das práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com os outros sujeitos (a alteridade) (DEMATTEIS, apud ALVES et. al. 2008, p. 34).

É oportuno frisar que a territorialidade, como processo, portanto, movimento dinâmico, pode se manifestar na forma de controle (territorialidade passiva e “negativa”) ou na forma de construção de estratégias inclusivas (ativa e “positiva”) que ambiciona a autonomia dos indivíduos na vivência de seus igualmente ativos papéis, resistindo às imposições de controle e contribuindo com

mudanças e inovações (DEMATTEIS, apud ALVES et. al. 2008).

Numa visão reducionista, poderia se pensar nas questões ambientais, pilar fundamental na discussão da sustentabilidade, como vinculadas tão somente a um nível global, uma vez que as principais posições pró e contra o modelo hegemônico capitalista – fina teia transparente e imperceptível a olhos menos atentos, mas resistente e resiliente, como teia, aos modelos econômicos alternativos – se dão num contexto global. Porém, a discussão acontecendo em um nível global não muda o fato de que os impactos ambientais são sentidos no âmbito local e é neste espaço onde também é preciso repensar – e, se necessário, realinhar – as propostas de desenvolvimento propostas pelo agir público, mais especificamente, o agir municipal.

2.1.2 A Discussão do Sentido de Pertencimento no Espaço Territorial

O agir municipal manifesta-se em ações advindas de um planejamento urbano anterior, constantes de um projeto político que – ao menos em tese – está voltado ao atendimento das demandas sociais e ambientais da sociedade fixada no território. Com o escasseamento de oportunidades de ocupação de mão-de-obra na área rural - que pertence ao território, porém com uma dinâmica de oferta de oportunidades de trabalho totalmente dessemelhante da área urbana – o agir público foca em um mecanismo de resultados rápidos em relação à contratação de grandes contingentes de trabalhadores: está montado o cenário para a industrialização do território.

A iniciativa intenciona a realocação da mão-de-obra excedente no município – portanto, não geradora de renda e, portanto, não contribuinte para as trocas econômicas no âmbito do território – diante do fato de que a desigualdade econômica tem impactos espaciais: os mais pobres passam a ocupar as periferias, mais acessíveis em termos de ocupação, ou pelos preços menores de moradias ou pela disponibilidade de áreas para ocupação irregular (SANTOS, 2009).

O acesso à renda permite as trocas econômicas, a renda em troca da subsistência, do lazer, da cultura, de bens tangíveis e intangíveis, disponíveis ao capital. Um dos argumentos que defendem a inclusão do indivíduo à renda é o prego que isso lhe permite o senso de pertencimento, denominado de maneira mais ou menos uniforme como “inclusão social”. É válido examinar o argumento de Rattner

(2002) para quem a inclusão social

torna-se viável somente quando, através da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem - além de emprego e renda - acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais, como educação e saúde (RATTNER, 2002 p. 1)

A coletivização das ações é digna de nota, pois a própria noção de territorialidade prevê esforços conjuntos de práticas e conhecimentos visando, com a ajuda de mediadores – no caso, o poder público – obter a maior autonomia possível.

Tem-se então demarcadas as fundamentações de território e territorialidade, da sustentabilidade social e ambiental e do senso de pertencimento de uma dada sociedade frente ao espaço social-espacial das interações.

2.1.3 A Industrialização e a Urbanização no Contexto Capitalista da Modernidade

Ao analisar-se o sentimento de pertença do indivíduo na apreensão de sua autonomia proporcionada pelo acesso à renda, não é possível esquivar-se de um exame histórico-social da produção da renda na concepção hegemônica do capitalismo e suas implicações nas questões da urbanização.

É pedagógico retomar a análise histórica do desenvolvimento do processo industrial que se sobrepôs aos meios de produção artesanal, ocorrido principalmente na Europa antes mesmo da mecanização dos processos produtivos. E a razão para isso evidencia-se no fato de que o termo indústria, em seu sentido mais amplo, designa “o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias, através da transformação dos produtos da natureza” (SPOSITO, 2004, p. 42).

Dessa forma, ao recorrer à essência desta descrição, podemos encontrar indústria tanto na produção artesanal desenvolvida em cômodos de uma casa de um artesão, como na produção corporativa, manufatureira, ou, como expressa Sposito (2004), a maquinofatura. A indústria passa a ser baseada em máquinas inventadas pelo desenvolvimento técnico e científico que abre mão da dependência exclusiva da força humana ou de energias não controláveis como a do vento. A “revolução” da indústria não se dá por conta das máquinas desenvolvidas, mas sim, as máquinas são desenvolvidas para dar suporte às possibilidades de

realização do capital (SPOSITO, 2004).

Assim, pode-se reduzir a expressão indústria para um sentido mais estrito, passando a significar um sistema fabril de larga escala de produção, em série, não dependente da exclusividade da ação humana, embora, em sua gênese, ainda fosse fartamente dependente desse insumo.

Tanto é assim que a busca por mão-de-obra passa pelos aglomerados urbanos então existentes, compostos de indivíduos e famílias recém-saídos do sistema de produção agrícola, feudal, que dominou as relações econômicas por vários séculos.

Sobre o efeito da industrialização sobre a urbanização, entendida como a fixação dos indivíduos no espaço da urbe, Sposito (2004, p. 49) descreve o crescimento urbano a partir do reflorescimento comercial na Europa, porém salienta que,

ainda que algumas cidades tenham atingido a faixa dos duzentos mil habitantes no decorrer do século XVII, de fato a Europa era predominantemente agrária. As populações que viviam em cidades com mais de cem mil habitantes, constituíam 1,6% da população europeia em 1600, e em 1800, somavam apenas 2,2%. A partir da intensificação da produção industrial, tornada viável tanto graças ao capital acumulado, como pelo desenvolvimento técnico-científico a que se denomina Revolução Industrial, a urbanização tomou ritmos acentuados (SPOSITO, 2004, p. 49).

Ao fixar-se nos espaços urbanos, a indústria destaca o papel produtivo das cidades – formas espaciais produzidas socialmente – mas também transforma estes espaços, concentrando o capital e uma grande reserva da força de trabalho que seria explorada pela própria indústria, em um movimento já firmado e estabelecido pelo capitalismo, o da mais-valia.

Os trabalhadores, destituídos de meios de produção, passam a depender exclusivamente da remuneração de salários – escorchantes e exploratórios – porém, ao mesmo tempo, tornam-se também o alvo do consumo dos produtos por eles próprios manufaturados: o trabalhador agora é também o mercado. A indústria, contudo, na sua capacidade de produção de larga escala, ultrapassa rapidamente a capacidade de consumo local e, determinada pela lógica da acumulação e reprodução do capital, busca novos mercados intranacionais e internacionais. Estabelecem-se redes urbanas que são de interesse dos donos do capital, através da articulação entre os lugares, tornando algumas regiões

especialistas na produção de determinado item, reforçando, dessa forma, a divisão social e territorial do trabalho.

Harvey (2011) destaca a relação entre a acumulação do capital e a reconfiguração geo-espacial, ao afirmar que,

Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos e essas configurações são por natureza bastante diversificadas. Mas os capitalistas e seus agentes também têm um papel ativo e fundamental na alteração dessas configurações. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente. Fazem-se redes de transporte e comunicação totalmente novas, cidades que se esparramam e uma paisagem agrária muito produtiva. Grande parte das terras foi desmatada, os recursos foram extraídos das entranhas da terra; habitats e condições atmosféricas (tanto local como globalmente) foram modificados. Os oceanos têm sido vasculhados em busca de alimentos, e todos os tipos de resíduos (alguns tóxicos para todas as formas de vida) foram espalhados pela terra. As mudanças ambientais de longo prazo, provocadas pela ação humana ao longo de toda a nossa história, têm sido enormes. As transformações provocadas pelo capitalismo têm sido ainda maiores. O que nos foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida (HARVEY, 2011, p. 120).

Sposito (2004) salienta que, como resultado concreto da articulação entre os lugares, nestas redes urbanas, cria-se uma relação de dependência entre as cidades, provocando com o tempo a subordinação de umas às outras, num processo de hierarquia urbana, até hoje presente e constatável. Essa subordinação dá-se não especificamente das relações entre cidades, mas sim do tamanho de seus mercados e das forças políticas e econômicas presentes nestas cidades mais importantes. Essa hierarquização favorece também a formação de grandes aglomerados urbanos, as metrópoles, “espaços de concentração de capital, de meios de produção, e *locus* da gestão do próprio meio de produção” (SPOSITO, 2004, p. 54).

O aumento súbito e intenso da ocupação dos espaços urbanos não se deu sem consequências. O chamado centro nas cidades, antes habitado por uma classe mais abastada, com a chegada de trabalhadores das zonas rurais, despreparados e não absorvidos como mão-de-obra barata pelas fábricas, torna-se espaço de densidade habitacional elevadíssimo, abandonado agora pela classe rica que prefere o refúgio de bairros especialmente projetados para esses emigrados do centro.

Não há uma preocupação do Estado em elaborar planos de

ocupação urbana ordenados, o que provoca o surgimento de regiões no interior e no entorno das urbes desprovidas de qualquer infraestrutura que consiga dar conta de proporcionar uma habitação minimamente digna aos habitantes mais pobres. Conforme destacado por Sposito (2004, p. 58),

A falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas, falta de espaço para o lazer, enfim, insalubridade e feiura eram problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma acentuada nas cidades, palco de transformações econômicas, sociais e políticas. Contudo, é fundamental observar que estes problemas constituíam manifestações claras da etapa pela qual o desenvolvimento do modo de produção capitalista estava passando (SPOSITO, 2004, p. 58).

Esta condição degradada e degradante remete a descrição da grande cidade industrial de Marx, numa metáfora da “casa da luz” ou covil:

Até a necessidade de ar livre deixa de ser uma necessidade para o operário; o homem volta à caverna, que agora está empestada pelo hálito pestilento e mefítico da civilização, e só habita nela de um modo *precário*, como uma potência estranha que qualquer dia pode se lhe subtrair, de onde pode qualquer dia ser expulso se não pagar. Ele tem de *pagar* por essa casa mortuária. A “casa de luz” que, em Ésquilo, Prometeu designa como um dos maiores presentes que lhe possibilitaram transformar o selvagem em homem, deixa de ser um presente para o operário. A luz, o ar, etc. ou a limpeza *animal* mais elementar deixam de ser uma necessidade para o homem. A *sujeira*, essa estagnação, essa putrefação do homem, essa cloaca (no sentido literal) da civilização torna-se seu *elemento de vida*. Nenhum de seus sentidos existe mais, não só sob seu aspecto humano, mas nem tampouco sob seu aspecto *inumano*, quer dizer, pior que animal (MARX, K. La science moderne et l’anarchie, apud Choay, 2003, p. 148).

Especialmente a partir da década de 1850, quando estes problemas urbanos passam a bater à porta da classe mais rica, providências no sentido de aprovação de leis sanitárias, implantação de redes de água e esgoto e melhorias de fluxo viário são tomadas. Algumas administrações públicas passam a planejar bairros denominados “operários” para abrigar as famílias dos trabalhadores nas indústrias, bairros estes marcados por uniformidade de padrões construtivos e alta densidade demográfica.

Sposito (2004) argumenta que o mesmo movimento ocorreu nas cidades brasileiras. Com a migração de trabalhadores rurais para a área urbana, especialmente a partir dos anos 1960, com a esperança de trabalhar nas indústrias então em expansão, houve um adensamento populacional em cidades com maior

potencial industrial, explicitando as imensas desigualdades sociais: os trabalhadores mais “qualificados” recebendo salários muito maiores que os sem qualificação, estes últimos, quando contratados, são contratados com salários “pisos”, obrigando-os, por conta desta renda inferior, a residir nas periferias destituídas de infraestrutura básica para comportar essa população aumentada.

Assim como na Europa, os governos locais também empreenderam programas habitacionais para dar conta dessa classe operária, de alta homogeneidade nos padrões construtivos, com apartamentos e casas classificadas como “populares”. A constatação é que, embora os países ditos “em desenvolvimento” – caso do Brasil – busquem promover a industrialização como tradução do “desenvolvimento”, o poder público nas três esferas do governo não consegue erradicar os problemas urbanos provocados pelo próprio adensamento populacional promovido pela promessa de emprego nas indústrias que atraiu esse contingente adicional de população (SPOSITO, 2004).

Veiga (apud LAVINAS; CARLEIAL; NABUCO, 1993), atesta que

Até hoje, não existiu diferença entre industrialismo e desenvolvimento. Seja em um tigre asiático, no Chile, em Cuba, ou na Hungria, a ideia de desenvolvimento estará sempre associada ao progresso da industrialização. Pode-se dizer, inclusive, que o liberalismo e o socialismo são as duas faces ideológicas dessa mesma moeda. E é esta a utopia que entrou em crise depois de ter prestado grandes serviços, por dois séculos, aos mais diversos tipos de formações sociais (VEIGA, apud LAVINAS; CARLEIAL; NABUCO, 1993, p. 151).

O industrialismo, de acordo com Veiga (apud LAVINAS; CARLEIAL; NABUCO, 1993), era a grande promessa – utópica – de desenvolvimento, de libertação da escassez, da pobreza, da injustiça, dando às pessoas a soberania sobre a natureza, retirando dos ombros das pessoas o peso do trabalho, proporcionando auto realização e emancipação. Ficou dessa promessa, apenas a utopia.

2.1.4 A Complexa Trama Social Urbana

Ao vincular-se o urbanismo ao estilo de vida do homem na modernidade tece-se um emaranhado de inter-relações objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas à luz de sua complexidade. Complexidade a que se

refere Morin (2006) em que oferece a compreensão da realidade pelo entrelaçamento de estruturas que, no todo, como uma tapeçaria, é maior do que suas partes isoladas.

O urbano, o cidadão, embrenha-se em uma teia que é muito maior do que a realidade isolada da rua, do bairro, do fornecimento de serviços públicos e dos meios de subsistência. É isso tudo tomado em seu conjunto, nas relações que afetam de forma consciente ou inconsciente (e por vezes inconsequente) de um sobre o outro. Essa inter-relação, de convívio e de equilíbrio tão instável e tão necessário, é por vezes abalada pela ação ou reação mais intensa de um de seus componentes.

Favorecer um bairro isoladamente e negligenciar a outro, pode causar tensão no convívio social entre desiguais, que eclode em reivindicações mais intensas e até violentas. A não condição de subsistência econômica faz reagir o cidadão para a busca de alternativas legítimas – como por buscar outros centros urbanos para suprir suas necessidades econômicas – ou ilegítimas, mas legitimadas sob algum ponto de vista, na forma de violência urbana.

Boff (1997) na sua metáfora da “condição águia” e “condição galinha” a que se submetem pessoas e sociedades, salienta essa complexidade de relações:

Sistema significa um conjunto articulado de inter-retro-relacionamentos entre partes constituindo um todo orgânico. Ele é mais do que as próprias partes, um sistema dinâmico sempre buscando seu equilíbrio e se autorregulando permanentemente. Todo sistema apresenta essas duas facetas: por um lado, é fechado e, por outro, aberto.

É fechado porque constitui uma realidade consistente, com sua relativa autonomia, dotado de uma lógica interna pela qual se auto-organiza e se autorregula. É a vigência da dimensão-galinha.

É aberto porque se dimensiona para fora. Constituindo uma teia de interdependência com outros seres e com o meio circundante. Dando e recebendo. Trocando informações no seio de uma imensa solidariedade ecológica, terrenal e cósmica. Tudo está ligado a tudo. É a presença da dimensão-águia. (BOFF, 1997, p. 100)

Nigro (2007, p. 37) aponta que a “sociedade, portanto, é produzida pelas interações dos indivíduos que a constituem. Como um todo organizado e organizador, retroage para produzir os indivíduos pela educação, pela linguagem e pela escola. Os indivíduos, em suas interações, produzem a sociedade, que produz os indivíduos que a produzem”.

Essa condição de complexidade e interação sistêmica, produz as condições de vida e convivência social, que nas suas complexas relações, públicas e privadas, (re)produzem o meio urbano, nem sempre em uma lógica estética, social e ambiental previamente planejada (NIGRO, 2007). Nessa lógica, produz também as condições de risco a que todos os cidadãos, independente de sua condição social, estão submetidos.

Essas condições de risco, originárias da complexidade de relações urbanas, remetem ao conceito de Capra sobre concepções sistêmicas:

Quando você dá um pontapé numa pedra, por exemplo, ela reage ao pontapé de acordo com uma cadeia linear de causa e efeito. Seu comportamento pode ser calculado pela simples aplicação das leis básicas da mecânica newtoniana. Quando você dá um pontapé num cachorro, a situação é totalmente diferente. Ele reage ao pontapé com mudanças estruturais que dependem da sua própria natureza e do seu padrão (não-linear) de organização. Em geral, o comportamento resultante não é previsível (CAPRA, 2005, p.57)

Essa condição complexa e não linear das relações na urbe, intensificam os resultados de uma condição imposta por uma das tramas do tecido social, sejam eles originários dos próprios cidadãos ou dos agentes que os representam legitimamente. As condições para o risco não são prerrogativa exclusiva de uma das tramas.

Lojkin (1997, p. 203) destaca, nesta premissa, que a organização social do espaço é

Um conjunto cuja unidade espacial, geográfica, está contida não só no espaço de reprodução da força de trabalho (o lugar ou os lugares de reprodução das forças de trabalho de determinada região econômica), mas, também, na unidade da aglomeração espacial dos meios de reprodução, de troca e dos meios de reprodução da força de trabalho.

Dessa forma, a organização espacial, geradora e reprodutora da força de trabalho é um elemento que compõe o tecido social e do qual emergirão reações, muitas vezes não previsíveis (CAPRA, 2005) que afetarão o todo. Ao pensar-se em um processo onde a velocidade da organização social do espaço é acelerada por forças públicas e privadas, também se pode imaginar que essas reações acontecerão de forma intensificada e veloz. Essas reações podem, por um lado, ser positivas e bem aceitas pelos atores sociais, que muitas vezes planejaram

essas reações, e por outro, podem ser negativas e imprevistas e não planejadas, como é o caso de um possível aumento da criminalidade urbana.

2.1.5 A Regulação Ambiental e seus Desdobramentos

A lógica capitalista da produção e acumulação notoriamente não leva em conta todos os impactos de suas atividades, exigindo algum mecanismo que regule a atividade, seja de que segmento econômico for, impondo limites, restrições, controles e sanções aos agentes econômicos. No Brasil, até a década de 1980 e início da década de 1990, esse controle, de acordo com Borinelli et al. (2011), foi exercido pelo Estado.

No entanto, com a imposição da lógica de mercado, outros fatores tornaram-se relevantes na questão da regulação. De acordo com Borinelli et al. (2011),

Durante esta década a regulação ambiental passou a ser objeto de debates e disputas devido a mudanças políticas, econômicas, sociais de grande importância como: o processo de redemocratização, a ascensão da lógica de mercado sobre outras lógicas de organização social e política, a crise fiscal do Estado, o aparecimento e consolidação das Organizações Não Governamentais como atores políticos relevantes, o aprofundamento da consciência sobre a crise ambiental em todo o planeta e, sobretudo, os resultados insatisfatórios dos mecanismos estatais e de mercado no controle dessa crise. Em seu conjunto, esses acontecimentos conduziram, entre outras coisas, à ampliação do conceito de público não mais visto como sinônimo de estatal (KEINERT, 2000), e dos atores com legitimidade para intervir em áreas de interesse público, tidas como problemáticas do ponto de vista ambiental (Borinelli et al, 2011, p. 79).

Assim, destaca-se o aparecimento de novos agentes reguladores, não vistos somente de origem no Estado, mas em outros segmentos da sociedade, que evocam instrumentos de regulação quer institucionais (por forçar a atuação do Estado em situações pontuais) quer sociais (por pressão de consumidores ou protestos de forma aberta).

Conforme Caetano; Souza; Enders (2006, p. 2), “a participação da sociedade nas demandas ambientais pode ser observada pelo aumento das instituições vinculadas ao meio ambiente na esfera não-governamental. No âmbito dos conselhos regionais, estaduais e municipais igualmente é possível notar espaços reservados à participação da sociedade”.

O grande problema para um controle social mais efetivo das ações que possam impactar os interesses da sociedade – incluído neles o interesse pela preservação do meio ambiente – é que esses mesmos interesses são difusos, perdendo espaço, no jogo do poder, para interesses particulares. Conforme Ribeiro (1998) menciona,

É frequente que interesses particularistas, de caráter econômico, político, social, motivem as ações desenvolvidas por servidores públicos, por ativistas ecológicos, por jornalistas. Como os interesses privados são concentrados e pontuais, sua força de pressão torna-se maior que a dos interesses coletivos. (RIBEIRO, 1998, p. 132)

Assim, restaria no âmbito local dos pequenos municípios, dada a maior dificuldade de articulação dos setores difusos da sociedade, tornar a representação popular pelos mecanismos democráticos em fórum de discussão e legitimação das demandas da população. Essa representação materializa-se pelos representantes do Poder Legislativo, os vereadores, eleitos democraticamente por voto direto.

2.2 PLANEJAMENTO LOCAL

Alguns autores sugerem que as ações do poder público local partem, necessariamente, de um planejamento prévio, mais ou menos ordenado e racional, dependendo do nível de desenvolvimento técnico do próprio gestor, como é o caso de Buarque (2008), que, discorrendo sobre a necessidade de planejamento das ações que resultam da e para a sociedade, salienta que planejamento é

É uma “aposta no futuro” e instrumento de construção do futuro, principal matéria prima do planejamento, que orienta e molda a vontade dos atores e as decisões coletivas. Parte do princípio que o futuro pode ser construído pela sociedade; mas entende que esta construção do futuro tem raízes na história, no passado recente e na realidade atual, definidora dos limites do possível. Como um instrumento para “fazer o seu destino”, o planejamento é o espaço de construção da liberdade da sociedade dentro das circunstâncias, delimitando o terreno do possível para implementar as mudanças capazes de moldar a realidade futura (BUARQUE, 2008, p. 54).

É evidente, dentro de uma arena complexa e conflituosa como é o espaço urbano, que interesses divergentes se estabeleçam e disputem por preferências. Como Buarque (2008, p. 54) destaca, a escolha entre alternativas que

resulta das tomadas de decisão no processo de planejamento, constitui-se em uma disputa política dos atores, “cada um procurando influenciar no projeto coletivo com os meios e instrumentos de poder”.

Esse planejamento não pode ocorrer destituído de embasamento técnico-político, devido a que, conforme destacado por Buarque (2008, p. 54),

técnico, porque ordenado e sistemático e porque deve utilizar instrumentos de organização, sistematização e hierarquização da realidade e das variáveis do processo e um esforço de produção e organização de informações sobre o objeto e os instrumentos de intervenção. Político porque toda decisão e definição de objetivos passa por interesses e negociações entre atores sociais.

Nem sempre o interesse de um ator é preponderante, mas, como jogo, resulta de uma expressão de cooperação e conflito entre os atores, em um embate de poder que expressa uma vontade dominante (BARQUE, 2008). Essa expressão de poder terá como resultado alguma espécie de planejamento, que, para possuir legitimidade, deverá, mesmo sendo em sua concepção uma peça técnica, passar por uma discussão e mobilização da sociedade por ele afetada.

2.2.1 Indicadores Sociais e os Objetivos do Milênio – ODM

Um desafio próprio da função do gestor público municipal é produzir resultados com os recursos disponíveis, que sejam maximizados para o benefício dos munícipes. Com a finalidade de embasar os resultados das ações públicas, atualmente tornou-se comum a adoção de indicadores de desempenho, em uma visão mais gerencialista da administração pública. Esta visão, de acordo com Matias-Pereira (2010, p. 118), “tem como fonte de inspiração a prática do gerenciamento de empresas privadas, por meio do qual se procura transferir instrumentos de gerência empresarial para o setor público”.

No campo social, esses indicadores também são aplicados, em maior ou menor grau, dependendo da evolução organizacional administrativa do poder executivo. A respeito da utilização dos indicadores sociais, Pinto (2008) argumenta que,

O surgimento dos indicadores sociais está diretamente relacionado à consolidação do planejamento no setor público ao longo do século XX. No entanto, o desenvolvimento de um marco conceitual sobre os indicadores sociais “tem ganhado corpo científico em meados dos anos 60 no bojo das tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas” (JANNUZZI, 2002, p.54). Nessa época, o desenvolvimento era medido por meio do PIB per capita, que não levava em consideração questões importantes para medir a Qualidade de Vida, mas apenas o aspecto econômico da população (TORRES; et al, 2003). Com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na década de 90, foi possível sintetizar as dimensões renda, longevidade e escolaridade, captando melhor os diversos aspectos da população. A partir daí, outros indicadores em nível de país, estados e municípios começaram a surgir para responder as mais variadas questões (PNUD, 1998) (PINTO, 2008, p. 3)

A respeito dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Sanahuja (2005) observa que

El nuevo consenso sobre desarrollo que emerge de ese debate, centrado en la reducción de la pobreza, convergió con los consensos sobre paz y seguridad en la “Declaración del Milenio” suscrita por 189 países, incluyendo 147 Jefes de Estado y de Gobierno, en una sesión extraordinaria de la Asamblea General de Naciones Unidas. Entre otros asuntos, esa declaración compromete a la comunidad internacional a continuar desarrollando políticas de construcción de la paz, y al tiempo alcanzar en el año 2015 diversas metas de desarrollo social, y en especial, a que en ese año se haya logrado reducir la tasa de pobreza extrema a la mitad respecto al nivel de 1990.

Los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) son el resultado de un complejo proceso político en el que interactúan los diversos actores de la cooperación al desarrollo. En su primera formulación, fueron planteados por los países donantes de ayuda, y en cierta forma representan su particular reinterpretación de los compromisos adoptados por las cumbres de Naciones Unidas de los años noventa. En la “Declaración del Milenio” esos objetivos volvieron al foro del que habían surgido - Naciones Unidas - y en ese escenario, más favorable a los países en desarrollo, se logró introducir compromisos respecto a los medios necesarios para alcanzarlos, como la ayuda, la condonación de la deuda y la apertura comercial de los países industrializados. Sin embargo, también se suprimieron algunas metas de salud reproductiva y acceso a los anticonceptivos, debido a la presión de Estados Unidos (SANAHUJA, 2005, p. 31).

Observa-se na explanação de Sanahuja (2005), que os ODM foram concebidos como um esforço supra e internacional para compor indicadores que traduzissem os esforços dos diversos governos nacionais – mesmo em âmbito local – em proporcionar melhorias em aspectos considerados fundamentais para a evolução da qualidade de vida de seus cidadãos.

Conforme Cerqueira; Facchina (2005, p. 8), “os ODM dão finalidade e direção comuns aos esforços empreendidos no combate à pobreza, em seu

sentido amplo”. Assim, pensado e concebido no seio de neoliberalismo, metas de desenvolvimento que abarcassem países em desenvolvimento foram estabelecidas e desdobradas ao nível local, sendo possível de acompanhamento nos municípios brasileiros, através de um mecanismo aberto e acessível em um portal da Internet.¹

2.2.2 Relação entre Renda e Criminalidade

Um tema recorrente de discussão nos meios acadêmicos e sociais relaciona-se ao aumento da criminalidade pela deterioração das condições sociais. Algumas linhas de pesquisa apontam um agravamento da criminalidade violenta no Brasil com a intensificação das desigualdades sociais (KLEINSCHMITT; LIMA; WADI, 2011). São considerados como crimes violentos “as ações e os atos que constroem e ameaçam a vida e a integridade física do indivíduo. Eles compreendem o homicídio, o latrocínio (roubo seguido de morte), o estupro, a extorsão mediante sequestro, o tráfico de drogas” (KLEINSCHMITT; LIMA; WADI, 2011, p. 2).

O Brasil, apesar de ter experimentado aumentos constantes em um índice que muito interessa ao marketing político, o Produto Interno Bruto (PIB), não experimentou uma igualdade na distribuição desta riqueza aumentada. Esta concentração de renda vem ao encontro do entendimento do que vem a ser crescimento e desenvolvimento à luz da tradição marxista ou cepalina, que entende “o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Complementando esse raciocínio, Oliveira (2002, p. 40) destaca que “desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras”.

Assim, infere-se que, para ofertar o pleno desenvolvimento à sociedade, é necessário que suas necessidades amplas, plenas e legítimas sejam atendidas. O acesso à renda é apenas uma das condições, não sendo exclusiva e

¹ O endereço eletrônico do portal na Internet para o acompanhamento da performance dos municípios no Brasil é: <http://www.portalodm.com.br/>.

muito menos suficiente. Não é consenso que a pobreza extrema produza o aumento da violência. Kleinschmitt; Lima; Wadi (2011) destacam que uma linha teórica defende essa relação, porém, não há elementos suficientes para formar posição definitiva sobre esta questão.

Castro; Abramovay (2002), por exemplo, em pesquisa promovida sobre jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violência entre jovens de 15 a 24 anos, constaram algumas situações bastante pedagógicas. Por exemplo, a maioria dos jovens participantes da pesquisa mencionou ansiar por trabalho para deixar de serem dependentes dos pais e adquirirem uma independência financeira. No entanto, em uma constatação que pode soar inesperada, a pesquisa mostrou que,

Os jovens, a modo dos pais, enfatizam a importância do trabalho como forma de ocupação do tempo e da mente, o que os impediria de pensar em cometer qualquer infração. Assim, afirmam que, se houvesse emprego, muitos jovens não estariam envolvidos em atividades ilícitas. Segundo mães entrevistadas: “Como diz o outro: ‘cabeça parada, oficina do diabo’. [...] O trabalho foi importante para o amadurecimento de meus filhos”. Contudo, paradoxalmente, *o trabalho tanto pode ser meio para afastar-se das drogas como para assegurar o acesso a elas. Em alguns casos, parte do dinheiro que os jovens conseguem é usada para comprar drogas: “eu compro roupa, compro maconha, cola, crack, cocaína”* (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 152) (grifo do autor).

Esta relação entre o acesso à renda e o acesso às drogas necessita de uma abordagem mais aprofundada, pois em situações onde a renda é disponibilizada por meio do trabalho em programas de industrialização, poder-se-ia ter um aumento do consumo de drogas na região afetada. O objetivo deste trabalho, contudo, não é estabelecer esta relação, embora considerando unicamente o ponto de vista dos sujeitos do processo de industrialização, este efeito tenha sido constatado.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

A pesquisa terá a configuração de um estudo de caso, utilizando-se da abordagem Qualitativa, tendo em vista que

a Pesquisa Qualitativa enfatiza as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser, fornecendo uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, dada a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos (HAGUETTE,1987).

Dessa forma, a proposta é compreender o fenômeno da sustentabilidade ambiental e social num pequeno município da região Norte do Paraná (Sabáudia) a partir de um conceito de territorialidade, perpassando pelos possíveis impactos ambientais e sociais causados pela iniciativa do poder público municipal em promover a industrialização da cidade. A visão é a dos sujeitos do processo de industrialização, incluindo a administrador do poder executivo municipal, em conjunto com a de membros da comunidade.

3.2 COLETA DOS DADOS

3.2.1 Amostra da Pesquisa

A pesquisa buscará compreender as impressões de atores centrais ao processo de industrialização no município de Sabáudia, classificados assim em decorrência de sua atuação e presença no recorte histórico foco da pesquisa. Assim, foram selecionados para ser entrevistados o chefe do executivo municipal e representantes comunitários, estes últimos pelo potencial de expressar visões acerca do processo na perspectiva da população afetada. Foram entrevistados e tiveram suas falas analisadas cinco sujeitos do processo de industrialização: o representante do ex-prefeito municipal, identificado como Entrevistado 1, que à época da implantação do processo de industrialização, ocupava função de vereador no município, o representante do poder Legislativo e que exerce a função de

vereador no município, identificado como Entrevistado 2, um representante da comunidade local, que é trabalhador em indústria no município de Arapongas, PR, identificado como Entrevistado 3, o representante da polícia civil com função de escrivão, identificado como Entrevistado 4 e o atual Prefeito Municipal, identificado como Entrevistado 5.

A visão proporcionada pelo conceito de territorialidade visa entender os aspectos ambientais, se houve impactos ambientais significativos e compará-los a alguma medida de desempenho de órgãos governamentais do meio ambiente.

A configuração desta pesquisa será como estudo de caso único.

A Unidade de Análise da pesquisa será o Município de Sabáudia, localizado no Norte do estado do Paraná. As observações se darão neste município, focando os espaços no âmbito das delimitações de seu território. Como dados geográficos do município apresenta-se sua área de 185,28 km², com altitude de 730,00 metros.

O município de Sabáudia é um município localizado no norte do estado do Paraná, às margens da rodovia PR 218, distante da capital do estado (Curitiba) 404 quilômetros, e que conta, de acordo com o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com uma população de 6.093 habitantes. O município localiza-se próximo a municípios polos de regiões metropolitanas: Londrina e Maringá, respectivamente a segunda e terceira maiores cidades do estado do Paraná. O município tem 54 anos de emancipação política.

O IBGE (2012) traz um breve histórico do município em seu portal na internet e, sendo considerado de importância na composição deste trabalho, tal histórico é transcrito abaixo:

A partir do ano do Centenário da Independência - 1922, o Governo do Presidente Artur Bernardes promovia gestões para técnicos ingleses virem ao Brasil estudar sua situação financeira, econômica e comercial com vistas, de um lado, à consolidação de nossa dívida com a Inglaterra, e de outro, à reformulação do nosso sistema tributário.

Foi assim que chegou ao Brasil, uma missão inglesa que trazia entre seus membros Lorde Lovat, diretor da *Sudan Cotton Plantations Syndicate*, assessor para assuntos da agricultura e florestamento.

Conhecendo o solo de boa qualidade, de tão conhecida terra, e os anseios de imigrantes europeus que aqui chegaram ávidos em produzir boas colheitas, a Companhia adquiriu entre os anos de 1925 a 1927 do Governo Estadual, um total de 515.00 alqueires de terras fertilíssimas, cobertas de mata.

A grande gleba recebeu o nome de Pirapó-Bandeirantes e foi dividida em pequenos lotes (minifúndios) no sentido leste-oeste.

Para atrair compradores, principalmente os imigrantes, que são a base da formação de nossa população, a Companhia procurou denominar as cidades e povoados com nomes ligados à Europa, como por exemplo, Londrina que vem de Londres, capital inglesa, Rolândia de origem alemã, e nossa região recebeu o nome de Nova Itália. Foi do povoado de Nova Itália que surgiu Sabáudia que também é um nome de origem italiana.

Apesar da origem do nome ser italiano, observamos que tivemos compradores de lotes em nosso município, das mais diferentes nacionalidades como espanhóis, poloneses, austríacos, alemães e outros.

Os primeiros lotes a serem vendidos em nosso município, pertencem hoje por sequência à Gleba Orli, Gleba Bandeirantes, Gleba Pau D'Alho e Gleba Paranaguá.

Nos quais surgiram as vilas e povoados: Povoado Pau D'Alho, Vila Coelho, Vila Vitória, Vila Progresso e Sussui.

A emancipação política do município se deu ao atingir certa estrutura econômica e populacional. A ideia ganhou força com os grupos de pioneiros, os quais organizaram em reunião com a Câmara de Arapongas o pedido de emancipação e levaram ao Governo do Estado, através da Assembleia Legislativa, houve a emancipação em 26 de Novembro de 1954 (BRASIL: IBGE, 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br acesso em 02 de novembro de 2012.

Alguns fatos importantes acerca do município ganharam destaque nos últimos anos. Nos mandatos como prefeito municipal do senhor Valmir Batista dos Santos (PDT), iniciado em 2004 e reeleito em 2008, promoveu-se um programa de industrialização do município que resultou na instalação de cerca de 80 indústrias de diversos portes em uma área reservada para estes empreendimentos no perímetro urbano da cidade, às margens da rodovia PR 218.

A última lei municipal que trata deste assunto é de 2012 e tem a seguinte redação:

LEI n.º 220/2012

Altera a redação do artigo 1º da Lei 22/2006 de Sabáudia, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sabáudia, estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para fins de melhor atender o interesse público, o art. 1º da Lei 22/2006 de Sabáudia passará a vigor com a seguinte redação que segue:

“Art. 1º - O Poder Executivo do Município de Sabáudia poderá conceder para fins de industrialização e fomento da economia local, dispensada a licitação, e mediante prévia autorização do Poder Legislativo, o uso de imóveis objeto de desapropriação amigável ou judicial, desde que já esteja imitado na sua posse.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Sabáudia, 04 de outubro de 2012.

ALMIR BATISTA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

(Diário Oficial do Município, ANO I – Nº 043 – P. 01 – SEXTA-FEIRA – 05.10.2012)

Esta lei explicita a intenção do município em promover a industrialização em seu território, uma vez que, conforme divulgado pela assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal, o índice de aprovação desta medida supera os 80% dos munícipes.

3.2.2 Instrumento de Coleta de Dados

Na presente pesquisa, utilizaram-se as entrevistas qualitativas semi-estruturadas que, de acordo com Mattos (2005, apud GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2010, p. 348):

entrevistas servem a pesquisa voltadas para o desenvolvimento de conceitos, o esclarecimento de situações, atitudes e comportamentos, ou o enriquecimento do significado humano deles. Isso tem extensões poderosas na geração de teorias e práticas, e não se confunde com outro tipo de utilidade, a generalização indutiva, propiciada pela estatística.

Para Haguette (1987, p. 86), entrevista é o

processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida.

Na condução das entrevistas, tornou-se evidente a necessidade de proceder a interrelação das impressões dos atores entrevistados com o factual, pesquisando-se em fontes oficiais dados e informações relacionadas aos temas das falas, pois, de acordo com (HAGUETTE 1987, p. 88):

É preciso distinguir entre as informações de caráter subjetivo e aquelas de caráter objetivo emitidas por ele ao longo da entrevista. Ambas são igualmente importantes para o pesquisador, embora ele deva ter sempre em mente que “as afirmações do informante representam meramente sua percepção, filtrada e modificada por suas reações cognitivas e emocionais e relatadas através de sua capacidade pessoal de verbalização” (Dean, J. P. e Whyte, W. F. 1969: 105-6). Ou seja, temos que reconhecer que estamos recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós, pesquisadores, avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a “realidade objetiva”, ou factual.

Sobre a necessidade da prática da objetividade, Mattos (2005, apud GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2010, p. 355) observa que,

A prática da objetividade: não se fala de objetividade por causa do objeto, embora tenha a ver com ele. Fala-se nela por causa do diálogo intersubjetivo, para que conhecimento se construa e se aperfeiçoe socialmente e as pessoas se entendam racionalmente. Só neste sentido, e não naquele, é que se diz que as teorias científicas são peças objetivas (MORIN, 1999, p. 40; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 19). Por mais que se aperfeiçoe, a linguagem não representará a realidade, a recriará (GLASERSFELD, 1998, p. 76). A representação da realidade é, justamente, um dos padrões básicos de construção exercidos pela linguagem.

Nas entrevistas não estruturadas ou semi-estruturadas, há um afã por métodos que se proponham a dar objetividade e estabilidade na compreensão dos fenômenos. Neste trabalho, seguiu-se a orientação de um conceito metodológico alternativo às entrevistas não estruturadas: a da pragmática da linguagem, proposto por Mattos (2005, apud GODOI, BANDEIRA-DE-MELLO e SILVA, 2010).

Pragmática da linguagem envolve basicamente dois níveis de análise: 1) A análise do significado semântico-pragmático da conversação e, 2) a análise linguística.

Mattos (2005, apud GODOI, BANDEIRA-DE-MELLO, SILVA, 2010, p. 365) argumenta que o primeiro nível – análise do significado semântico-pragmático da conversação – procura

a compreensão dos significados de macrotextos, também chamados de “significado nuclear”, unidades maiores de respostas com seus desdobramentos em uma ou mais perguntas; dos significados incidentais relevantes, digressões e outros elementos mal contextualizados na fala, mas de alto interesse; e, ainda, dos significados de contexto, pressupostos ou implicados em cada resposta ou emergentes da relação de várias respostas.

Para dar suporte a este conceito metodológico, Mattos (2005 apud GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2010, p. 368, 369) sugere um modelo de cinco fases:

- **Fase 1:** recuperação: recuperar, na transcrição atenta da gravação das entrevistas, com anotações, significados que parecem emergir de momentos especiais;
- **Fase 2:** análise do significado pragmático da conversação, que possui duas subfases:
 - a) observando-se na leitura e audição da entrevista o contexto pragmático do diálogo;
 - b) observar os fatos do texto, através, por exemplo, do significado nuclear da resposta, ou seja, o que a resposta tornou evidente;
- **Fase 3:** Validação dos fatos verbais. Através da validação com o próprio entrevistado sobre o entendimento apreendido ou por validação externa, em fontes documentais ou entrevistas complementares.
- **Fase 4:** montagem da consolidação das falas: busca uma visualização de conjunto para as observações colhidas, aproximando relatos, opiniões e atitudes dos entrevistados.
- **Fase 5:** análise de conjuntos: considerado o momento mais importante, quando se produz os resultados gerais para análise, por buscar visualizar os fatos de evidência de cada entrevistado, possíveis respostas “retardadas” ou “antecipadas”, visualizando fatos de evidência de cada pergunta e meditando-se sobre todo o conjunto de entrevistas realizadas.

Além deste método, utilizou-se também o estudo de caso, que, de acordo com Goode; Hart (1975, p. 422), trata-se de

Um meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado. Expresso diferentemente, é uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo. Quase sempre, essa abordagem inclui o desenvolvimento dessa unidade, que pode ser uma pessoa, uma família ou outro grupo social, um conjunto de relações ou processos (como crises familiares, ajustamento à doença, formação de amizade, invasão étnica de uma vizinhança, etc.) ou mesmo toda uma cultura.

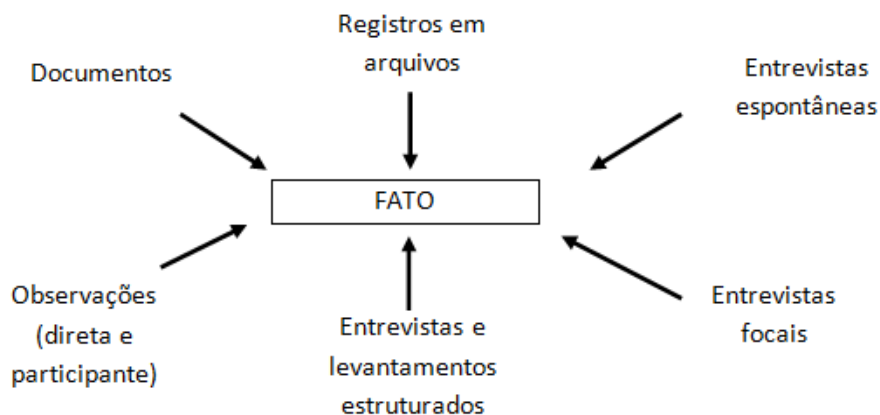
Yin (2005) elenca seis fontes de evidências que são utilizadas para a realização de estudos de caso: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Além destas fontes, Yin também observa que inúmeras outras podem servir de base para pesquisa, incluindo filmes, fotografias, histórias de vida, entre outras.

No presente trabalho, foi usada como fontes de evidência a observação direta, as entrevistas, os registros em arquivos físicos e digitais, além de registro fotográfico realizado pelo próprio pesquisador e por imagens de satélite. A proposta básica da utilização de fontes variadas para composição da pesquisa enquadra-se no que Yin (2005) descreve como triangulação, que é valer-se de muitas fontes diferentes para obtenção de evidências. Yin (apud PATTON, 1987) por classificar triangulação em 4 tipos:

- De fontes de dados (triangulação de dados)
- Entre avaliadores diferentes (triangulação de pesquisadores)
- De perspectivas sobre o mesmo conjunto de dados (triangulação da teoria); e
- De métodos (triangulação metodológica) (YIN, 2005, p. 126)

Considerando as fontes utilizadas no presente trabalho, pode-se classificá-lo como triangulação de métodos, que pode ser representada pela figura 01 abaixo:

Figura 1 – Convergência de Evidências (estudo único)



Fonte: Yin (2005, p. 127)

Esta técnica de triangulação permite que o pesquisador

Se dedique ao problema em potencial da validade do constructo, uma vez que várias fontes de evidências fornecem essencialmente várias avaliações do mesmo fenômeno. Não surpreendentemente, uma análise dos métodos utilizados pelo estudo de caso constatou que aqueles estudos de caso que utilizam várias fontes de evidências foram mais bem avaliados, em termos de sua qualidade total, do que aqueles que contaram apenas com uma única fonte de informações (YIN, 2005, p. 128).

A técnica utilizada neste trabalho de triangulação de dados, buscou especialmente validar os fatos relatados, comparando-os com dados públicos, disponíveis nos registros do poder público municipal, de órgãos oficiais do Estado, de reportagens publicadas em mídias eletrônicas e em fotografias do local afetado. Além destas fontes comparativas, um dos objetivos iniciais propostos nesse trabalho é analisar as ações do poder executivo municipal à luz dos Objetivos do Milênio – ODM, conforme avaliados pelos indicadores do ORBIS das Nações Unidas.

Essa investigação dos indicadores ODM é compreendida como relevante, tendo em vista as ações significativas do poder público para o processo de industrialização. Os aspectos econômicos, se considerados como fomentadores de mudanças sociais, são evidentemente impactantes nos resultados dos ODM.

3.2.3 O Uso de Fotografia em Ciências Sociais

Na presente pesquisa, foi utilizado o registro fotográfico de situações encontradas no território do município de Sabáudia que teve um propósito específico, que é indicado por Neiva-Silva; Koller (2002) como,

função de registro, na qual a fotografia tem o papel de documentar determinada ocorrência, ou seja, a mesma função que as filmagens possuem nos dias de hoje. Fotografa-se um certo evento durante o seu acontecimento e, posteriormente, esta imagem é tomada como um dado de pesquisa na análise específica do “motivo fotográfico”, isto é, da ação, pessoa ou objeto fotografados. Neste caso, o que importa é apenas o conteúdo presente em cada uma das fotos ou no conjunto delas. Por esta razão, não são levados em consideração o autor das fotografias, nem o posterior observador das mesmas, que, em ambos os casos, tende a ser o próprio pesquisador ou alguém da sua equipe de trabalho (NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002, p. 238).

Dessa forma, procurou-se estabelecer um registro fotográfico que pudesse ilustrar a situação de impacto no ambiente físico e social do município,

estabelecendo conexões entre a fundamentação teórica e a realidade encontrada.

3.2.4 Categorias de Pesquisa

Strauss; Corbin (2008, p. 114) relatam a importância de categorizar conceitos emergentes na pesquisa científica, pois “permite ao analista reduzir o número de unidades com as quais trabalha. Além disso, as categorias têm poder analítico porque têm o potencial de explicar e de prever”.

Com o objetivo de propiciar um arcabouço de fundamentos para guiar o pesquisador no decorrer da coleta de dados, a pesquisa de campo foi estruturada em dimensões e categorias, listadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Dimensões e Categorias de Análises

DIMENSÃO	CATEGORIA	OBJETIVO
SOCIAL	Emprego	Procurar conhecer a realidade social da população antes do evento da industrialização em relação a migrações laborais (indivíduos que saíam da cidade para trabalhar em municípios vizinhos).
	Moradia e serviços públicos	Buscar relatos sobre possíveis alterações socioeconômicas, como a construção de novas moradias, acesso a serviços públicos de saúde, creches, espaços de lazer, educação básica de responsabilidade do município.
	Demografia	Verificar possível ocorrência de aumento populacional em decorrência da atração por postos de trabalho usualmente oferecidos por novas indústrias.
AMBIENTAL	Cobertura vegetal	Analisar possíveis impactos na extensão da cobertura vegetal do entorno do município.
	Licenciamento ambiental	Conhecer o processo de licenciamento ambiental relacionado à instalação das indústrias no município.

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

A partir do embasamento teórico proposto anteriormente, passa-se a analisar a organização social objeto deste estudo, à luz de ponderações vinculadas à fala dos atores selecionados para a entrevista, buscando-se ainda uma transversalidade com as evidências informacionais acerca do município disponíveis em base de dados oficiais de organismos públicos.

O objetivo desta transversalidade é comparativa entre a fala dos atores em relação aos dados factuais. Não há intuito de exarar juízos em relação aos atos praticados, principalmente dos agentes públicos responsáveis pelo processo de industrialização no município.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CASO

O caso considerado – o município de Sabáudia – de forma prévia apresentada no capítulo metodológico do presente trabalho, emancipa-se politicamente em 1954 e, obedecendo a estrutura político-administrativa dos municípios brasileiros, a partir de então passa a ter a representação efetiva dos poderes executivo e legislativo no nível local. Para o poder judiciário, Sabáudia vincula-se à comarca de Arapongas (PR), que possui a representação judiciária estadual.

Por determinação da Constituição Federal de 1988 (Cap. 5 Art. 29, Inciso IV (a)), o poder legislativo municipal tem a representatividade de 9 (nove) vereadores eleitos em pleito direto pelos munícipes.

De interesse especial na análise dos resultados deste trabalho é a história recente de ocupação do cargo máximo do executivo municipal, representado pelo Prefeito Municipal, que, no período de 2005 a 2012 ocupou a chefia do executivo por dois mandatos consecutivos. O primeiro mandato (2005-2008) foi-lhe conferido pela escolha de 1859 eleitores nas eleições de 2004, enquanto que, para o segundo mandato (2009-2012), o número de eleitores que optaram pelo senhor Santos foi de 2551 (100% dos votos válidos) em decorrência da decretação da inelegibilidade do candidato de oposição.

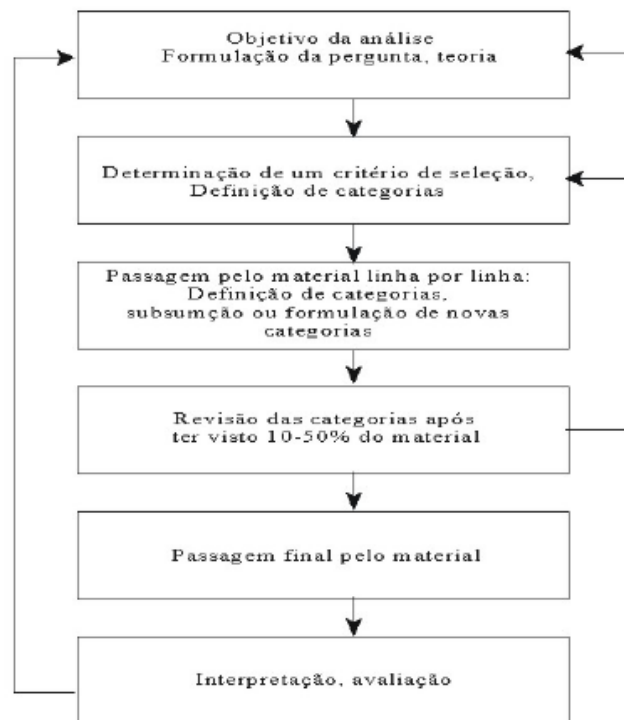
Os resultados obtidos através das entrevistas realizadas e pelos

dados apurados em portais públicos foram classificados em duas dimensões: SOCIAL e AMBIENTAL.

Inicialmente, na análise preliminar do objeto de estudo, principalmente por via de estudo de reportagens divulgadas em mídia eletrônica, foram propostas dimensões e categorias para direcionar as pesquisas de campo, conforme demonstrado no Quadro 1.

Na análise das falas das conversações das entrevistas, as categorias inicialmente propostas foram reavaliadas, em virtude de indicações não inicialmente contempladas. Para abarcar essas novas indicações, foi proposta uma categoria adicional às inicialmente propostas. Esta situação é descrita por Mayring (2002) e ilustrada pela figura 2 abaixo:

Figura 2 – Categoria Adicional Proposta por Mayring



Fonte: Mayring (2002, p. 116)

Dessa forma, à dimensão SOCIAL, foi agregada a categoria SEGURANÇA PÚBLICA, tema que se tornou relevante na contextualização dos entrevistados. Por via de consequência, a dimensão social ficou assim estabelecida, conforme Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Dimensões e propostas para pesquisa: o problema de pesquisa revisado

DIMENSÃO	CATEGORIA	OBJETIVO
SOCIAL	Emprego	Procurar conhecer a realidade social da população antes do evento da industrialização em relação a migrações laborais (indivíduos que saíam da cidade para trabalhar em municípios vizinhos).
	Moradia e serviços públicos	Buscar relatos sobre possíveis alterações socioeconômicas, como a construção de novas moradias, acesso a serviços públicos de saúde, creches, espaços de lazer, educação básica de responsabilidade do município.
	Demografia	Verificar possível ocorrência de aumento populacional em decorrência da atração por postos de trabalho usualmente oferecidos por novas indústrias.
	Segurança pública	Analisar os aspectos relacionados à segurança pública municipal, como aumento da violência urbana e tráfico de drogas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013

4.2 CATEGORIA EMPREGO

A partir das hierarquias de categorias, na análise das falas dos entrevistados, sobressaiu a coincidência relacionada à falta de oferta de empregos formais no município, situação anterior ao processo de industrialização. Essa constatação é nítida em trechos como:

Entrevistado 1: A cidade estava cada dia diminuindo mais, não tinha emprego. A lavoura que o pessoal trabalhava também estava diminuindo. Tem lavoura mais ninguém trabalha mais, hoje pelo maquinário faz tudo, né? E Sabáudia tava se acabando. [...] [...] tinha muitos meninos que precisavam trabalhar aqui, muitas mulheres. Homem ainda saía pra trabalhar fora, e as mulheres? E hoje você algumas

empresas como a SG, tem mais de 100 mulheres trabalhando lá dentro, mais de 100, só dentro da SG, entendeu? Fora as outras. Então as mulheres de Sabáudia hoje têm onde trabalhar. [...]

[...] os filhos teriam que ir embora ou trabalhar em Arapongas. Saíam 5 horas da manhã num ônibus. Pagava-se até uma mensalidade pra poder ir com esse ônibus trabalhar. Ou ia embora. A maioria dos filhos de Sabáudia foi indo embora. Uma cidade de 15 mil habitantes, estava com 5 [mil]. [...]

[...] Eu tenho o restaurante aqui, forneço marmiteix prá muitas empresas. Então eu acompanhei desde o começo da implantação dessas empresas, até hoje eu estou lá. Isso aí é uma coisa que vai ficar na história. Eu falo porque (...pausa) são mais de 80 indústrias aí, gerando emprego. Indústrias que trabalham período noturno, diurno. Não é só um período.

Na fala do representante da comunidade, essa necessidade e transformação foram constatadas em trechos como:

Entrevistado 3: Antes o pessoal dependia muito da agricultura, né? Da roça... Hoje você não vê mais... é difícil você ver um caminhão de boia-fria na rua hoje... [...]

[...] tem bastante gente trabalhando aqui. Tem gente até de Arapongas que vem pra cá agora, trabalhar nas firmas. Trabalhava nas firmas lá, daí veio pra cá, trabalhar aqui. [...]

[...] Quem quiser trabalhar aqui, tem trabalho. Eu faço 19 anos que trabalho numa empresa em Arapongas e hoje se fosse pra mim entrar aqui e não entrar lá, eu entraria aqui. Só não saio de lá porque faz tempo que eu trabalho lá. [...]

[...] Direto tá precisando de gente nas firmas, direto estão procurando gente pra trabalhar nas firmas, aí... A gente só não mudou de emprego pra cá porque o tempo de serviço que a gente tá lá é, qualificado na empresa já...

O representante do legislativo entrevistado na época era da base aliada ao ex-prefeito municipal. Na entrevista, o vereador reafirmou o benefício da industrialização em relação aos empregos gerados:

Entrevistado 2: Na época a gente fazia umas pesquisas perguntando a prioridade do município, o que a população queria. E cerca de 98, 96%, a prioridade era a industrialização. Foi aonde a gente investiu em cima... investiu em todo o município, mas mais na industrialização. A gente teve a industrialização como prioridade da gestão Almir Batista. [...]

[...] a oferta de emprego era muito grande, os anúncios de emprego... até hoje ainda é muito grande. A gente tem empregados de fora, de Pitangueiras, de Astorga, de Arapongas mesmo... a gente deve ter empregado em Sabáudia hoje, cerca de mil pessoas.

Ao entrevistar um representante da segurança pública, na delegacia de polícia civil do município, também houve uma confirmação da geração de empregos na cidade.

Entrevistado 4: Antes de vir prá polícia civil, prá trabalhar aqui na delegacia de polícia civil, eu era gerente da agência de emprego de Sabáudia, e hoje, se você for na agência de emprego da cidade de Sabáudia e procurar um jovem pra trabalhar, principalmente do sexo masculino, você não encontra. [...]. Ainda há certa dificuldade prá pessoas do sexo feminino, se eu disser pra você que tá perfeito, não tá. Falta alguma coisa.

O chefe do executivo municipal concedeu entrevista, porém, seu tempo para atender o pesquisador era bastante reduzido. Para obter informações relevantes, o pesquisador precisou formular questionamentos para estimular a fala do prefeito.

Entrevistado 5: ...hoje, graças a Deus, hoje emprego tá bem. O que falta, que eu percebo, é emprego prá mulher. Então agora também eu quero fazer um trabalho em cima, quero ver se a gente traz umas indústrias aí de facção, de costura, né?

Entrevistador: Mudar um pouco o perfil da...?

Entrevistado 5: É...porque...prá homem ter serviço aí. Mas o que falta muito ainda aqui é mão-de-obra especializada.

A partir desse ponto da entrevista (...Mas o que falta muito ainda aqui é mão-de-obra especializada...), efetuou-se nova análise das entrevistas anteriores, resgatando as falas em que os entrevistados pontuaram que os empregos são ofertados para mão-de-obra pouco qualificada, uma vez que o município não possui qualquer tipo de instituição que ofereça capacitação profissionalizante.

Entrevistado 3: ...é as próprias empresas treinam eles. Hoje o que falta um pouco é isso...Curso, que nem em Arapongas tem muito isso aí, né? Cursos profissionais... Aqui não tem, falta muito.

Entrevistado 2: ...Os nossos alunos (da rede municipal e estadual) que estão se qualificando, estão procurando se qualificar em Arapongas, que é perto. A gente oferece transporte gratuito prá eles estudarem em Arapongas, sabe?

Entrevistado 5: A gente quer investir nessa área, qualificar a mão-de-obra. Porque nós temos empresa aqui, o cara tem 30 funcionários, 27 de Arapongas e 3 daqui. Mas não é porque ele não quer ou porque não tem gente aqui, é porque não tem gente qualificada prá cumprir a função.

4.2.1 Triangulação da Categoria Emprego

Na categoria EMPREGO, buscou-se aferir a fala dos atores entrevistados com as fontes oficiais de acompanhamento de mão-de-obra.

Uma primeira dificuldade encontrada teve a ver com o fornecimento

de dados pelas agências municipais. No município existe uma agência de emprego situada no prédio da rodoviária, defronte ao paço municipal. Apesar de várias tentativas de contato e entrevista com a responsável pela agência, a mesma não atendeu o pesquisador.

Outra frente para a busca de informações foi o IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Ao analisar a documentação do município disponibilizada por este órgão (CADERNO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA), pode-se perceber que os dados no quesito EMPREGO catalogados são os fornecidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O pesquisador obteve junto à Agência do IBGE de Maringá, dados relacionados ao emprego do município de Sabáudia.

Esses dados são apresentados nas Tabelas 1 e 2, abaixo:

Tabela 1 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade

Município: Sabáudia – PR

Variável: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (pessoas)	
Cor ou raça: total	
Condição de atividade na semana de referência: economicamente ativas	
Grupos de idade: total	
Ano	
2000	2010
2739	3527

Fonte: IBGE (2010)

Como os dados desta Tabela referem-se tão-somente aos habitantes do município, percebe-se que entre o censo de 2000 e 2010 houve um acréscimo da População Economicamente Ativa do município em 788 pessoas. Esse dado confere coerência às respostas sobre empregados absorvidos pelas empresas mencionadas pelos entrevistados, que, por lembrança estimulada, gira em torno de 1000 pessoas.

Um comparativo adicional relevante é o procedido através da Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado em 31.12, salários e outras remunerações, salário médio mensal e empresas atuantes

Variável	Ano					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal ocupado total (Pessoas)	2.021	2.332	2.645	2.999	2.770	3.241
Pessoal ocupado assalariado (Pessoas)	1.164	1.363	1.522	1.754	1.434	1.849
Sócio-Proprietários (Pessoas)	857	969	1.123	1.245	1.336	1.392
Salários e outras remunerações (Mil Reais)	10.222	12.409	15.059	17.565	15.439	23.877
Salário médio mensal (Salários mínimos)	676,92	708,85	778,28	866,96	969	1.034,21

Fonte: IBGE (2010) – Cadastro Central de Empresas

Se for considerado o total do pessoal ocupado no período de 2006 a 2011, houve um incremento de 1220 pessoas. Se for levado em conta um atraso de cerca de um ano nos dados da Tabela 1 com os da Tabela 2, percebe-se que, considerando o pessoal ocupado como munícipe na casa de aproximadamente 800 pessoas resulta que aproximadamente 400 pessoas são empregados que moram em outros municípios que vêm trabalhar todos os dias nas empresas de Sabáudia.

Outro dado que se destaca na Tabela 2 está relacionado ao poder aquisitivo dos trabalhadores, que cresceu em 53% em um intervalo de 5 anos. Em uma primeira visão, pode parecer um aumento significativo, porém, ao converter o número absoluto pelo valor do salário mínimo vigente em cada ano, chega-se a um valor praticamente linear de 2 (dois) salários mínimos, sendo essa, portanto, a remuneração média do trabalhador nas indústrias.

No entanto, se for considerado que cerca de 800 pessoas começaram a exercer um trabalho remunerado à razão média de renda de R\$1.034,00 (valor de 2011), ter-se-á uma adição de aproximadamente

R\$827.000,00 no volume de recursos financeiros movimentados no município todos os meses, apenas em resultado da remuneração da mão-de-obra.

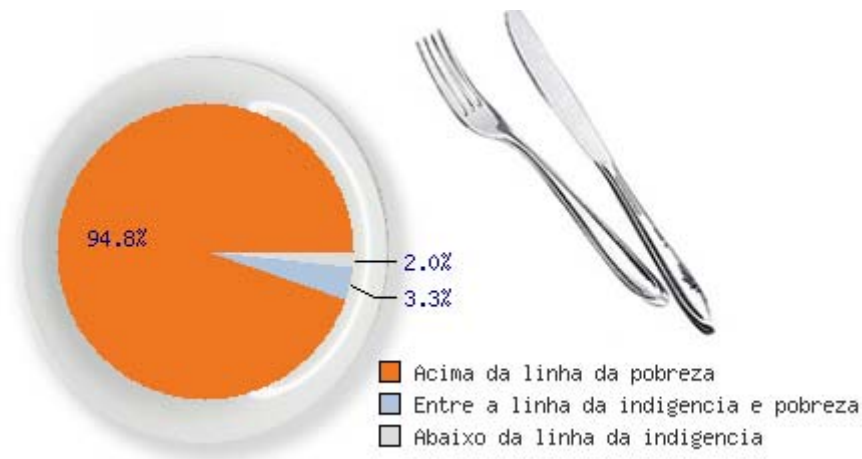
Esse volume aumentado de recursos em movimento no município trouxe consequências em outras categorias pesquisadas, como Moradia e Serviços Públicos.

Considerando os ODM (Objetivos do Milênio) específicos para o município de Sabáudia e que são impactados pelo fator econômico tem-se:

- Objetivo 1: Acabar com a fome e a miséria

De acordo com o portal ODM, dados de 2010 revelam que 2% da população encontravam-se abaixo da linha da pobreza, em uma meta máxima para 2015 de 7,7%, enquanto o estado do Paraná apresentava 7,3% de pessoas abaixo da linha da pobreza em 2010. Quanto à distribuição de renda, não existem dados atualizados, sendo o último índice de Gini disponível para o município o do ano 2000, portanto anterior ao processo de industrialização.

Figura 3 – Distribuição de renda



Fonte: Caderno ODM – com base no Censo 2010.

Focando a questão da desnutrição infantil, o município apresentou um resultado muito próximo a ZERO, com 0,1% de crianças abaixo de 2 anos de idade consideradas desnutridas, contra uma meta de no máximo 0,5%.

4.4.2 Discussão sobre a Categoria Emprego

A aplicação da política de industrialização no município teve um efeito comprovado de aumentar o contingente de pessoas com acesso à renda. Os trabalhadores empregados se constituem em um número expressivo de jovens com mão-de-obra pouco qualificada e que recebem o treinamento para execução de suas atividades pelas próprias indústrias.

Esta situação ilustra a condição apontada por Sposito (2004) referenciada na revisão conceitual, onde os trabalhadores mais qualificados recebem salários maiores do que os sem qualificação, que, na maior parte das vezes, submetem-se a receber o “piso da categoria”, valor negociado entre empresas e sindicatos representativos dos trabalhadores.

O incremento dessa massa salarial no município provoca situações de transformação social, onde o recebimento da renda transforma o trabalhador em mercado, demandando produtos e serviços antes não consumidos, mas agora desejados e acessíveis. Porém, remetendo a Capra (2005) que menciona reações não previstas, a fala dos entrevistados parece indicar a formação de um “novo mercado” também para ações de venda de produtos ilícitos, no caso, as drogas.

Resgatando a constatação da pesquisa promovida por Castro; Abromovay (2002, p. 152), “o trabalho tanto pode ser meio para afastar-se das drogas como para assegurar o acesso a elas”. Assim, o impacto social para a comunidade ao ver o aumento do consumo de entorpecentes, seja para uso “recreativo” ou para alimentação do vício mostrou-se comprovado.

4.3 CATEGORIA MORADIA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Com o aumento da oferta de empregos e o incremento de pouco menos de R\$1 milhão de reais mensais como remuneração de mão-de-obra no município, constatou-se uma elevação substancial no preço dos imóveis na localidade. Essa constatação é demonstrada pelos entrevistados:

Entrevistado 1: [...] Aumentou, aumentou mas agora já caiu também. Sabáudia parou de... Até o ano passado, se você abrisse um loteamento, com 2, 3 meses você vendia tudo. Hoje já não consegue mais. Deu uma parada... .

Entrevistado 2: O preço dos imóveis em Sabáudia multiplicou muito. Pra você ter ideia, Sabáudia, quando a gente assumiu, a cidade de Sabáudia era bem pequeninha. A cidade de Sabáudia não dava 12, 15 alqueires. Sabáudia hoje é mais de 50 alqueires de cidade. A gente fez 18 loteamentos, onde foi vendido praticamente tudo. Terrenos que, no centro da cidade aqui, terreno que valia na época, há 10 anos, valia, vamos supor 30 mil reais, hoje vale 300 (mil). Então o preço do imóvel cresceu muito, o comércio cresceu muito. Hoje nós temos vários supermercados bons na cidade, não são grandes, mas são mercados bons. Há pouco tempo atrás nós tínhamos uma farmácia na cidade, hoje nós temos quatro farmácias, farmácias boas. Então cresceu muito o imobiliário de Sabáudia.

Entrevistado 3: ...Aumentou bastante, os loteamentos aumentou bastante. Tem loteamento que sai, e logo tem bastante casas construindo, né? O povo começa a construir, já vem morar.[...] Aumentou (o preço dos imóveis), depois que veio as firmas valorizou mais.

Entrevistado 5: ... Ponto positivo, foi assim, a valorização dos imóveis, o emprego...

Os entrevistados avaliaram como positivo o fato dos imóveis terem sofrido uma valorização. Uma variável que se torna imperativa é a oferta de habitação para a comunidade através de programas habitacionais. Neste respeito, através das entrevistas estabeleceu-se uma contradição que não foi possível equacionar através de dados oficiais.

De acordo com as entrevistas, percebe-se que há uma contradição entre os que afirmam que os programas habitacionais estão em andamento e outros que afirmam que estes projetos ainda não foram aprovados.

Entrevistado 1: ela (Cohapar) tem um projeto... foram construídas 200 e poucas casas, em torno de 240. E existe um projeto de 580. [...] já tá em andamento. A gestão anterior já estava fazendo. É que a gestão que entrou agora é um pouco lenta.

Entrevistado 2: Foi um trabalho muito grande do Almir (ex-Prefeito), foi uma ajuda muito grande que a gente teve do deputado [Sheida]. O deputado [Sheida] é de Londrina e ele nos auxiliou muito nessa parte. Foi um grande projeto, porque nós temos prá ser construído 582 casas populares. Só nessas casas populares nós deixamos de ter um subsídio de 8% prá ter um subsídio de 17%.

Os demais entrevistados não mencionaram nenhum projeto desta envergadura.

4.3.1 Triangulação da Categoria Moradia

O projeto de mais de 500 casas relatado nas entrevistas foi realmente veiculado pela agência de notícias oficial do governo do Estado, conforme se pode observar abaixo:

Habitação

Cohapar assina convênio para construir 578 casas em Sabáudia
28/09/2012 16:10

A Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) e o município de Sabáudia, do Norte do Paraná, assinaram convênio para construção de 578 casas urbanas (grifo do autor), na manhã desta sexta-feira (28). Serão investidos R\$32 milhões, dos programas Morar Bem Paraná, do governo estadual, e Minha Casa Minha Vida – recursos do FGTS, do governo federal.

As casas vão beneficiar famílias com renda mensal de até seis salários mínimos. O governo do Estado entra com contrapartida financeira de até R\$ 3 mil por unidade, além de padrões de energia elétrica, pela Copel, e materiais de água e saneamento, pela Sanepar.

O presidente em exercício da Cohapar, Luciano Valério Machado, frisou a importância da aliança entre os governos estadual, federal e municipal para resgatar a cidadania e dignidade dos paranaenses. “Trabalhamos em conjunto para melhorar a qualidade de vida das famílias e diminuir o déficit habitacional do Paraná”.

Segundo o prefeito de Sabáudia, Almir Batista dos Santos, a necessidade de tantas moradias se dá devido à industrialização do município. “A população está ganhando emprego e casa. O desenvolvimento do município está acontecendo de forma completa.”²

Na fala do ex-prefeito, torna-se evidente que existe uma convicção de que o desenvolvimento promovido pelas ações públicas está abarcando todas as variáveis que impactam a comunidade local. Pode-se concluir que a fala pode ter sido um exercício de divulgação externa, perante um público maior, porém, ao longo desta pesquisa, evidenciou-se que as variáveis sociais ainda carecem de uma atenção particular por parte dos gestores públicos.

Com a finalidade de comprovar estas informações, o escritório regional da Cohapar em Londrina – que tem a jurisdição sobre os projetos do município de Sabáudia – foi contatado na pessoa da senhora Fátima, que informou que são 203 casas no perímetro urbano pelo projeto do governo federal Minha Casa Minha Vida e 24 casas na zona rural pelo projeto do governo estadual denominado Moradia Rural que foram licitadas e estão em fase de assinatura de contrato com os futuros mutuários. Não há nenhum outro projeto pela companhia estadual de habitação em andamento ou em estudo.

O pesquisador dirigiu-se também a Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, na pessoa da senhora Lourdes – representante da Secretaria – que informou que o número de aproximadamente 600 moradias representa o déficit habitacional do município atualmente, mas que na Secretaria não constam outros

² Cohapar assina convênio para construir 578 casas em Sabáudia. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71041&tit=Cohapar-assina-convenio-para-construir-578-casas-em-Sabaudia> acesso em 02 mar. 2013.

projetos de habitação em curso.

A Foto 1 demonstra um dos últimos projetos de casas populares no município, entregue há cerca de 1 ano.

Foto 1 – Conjunto de casas populares em Sabáudia



Fonte: Prefeitura Municipal de Sabáudia

Um risco a que a comunidade foi exposta é a da segregação social que, conforme Bernardy (2013, p. 7), pode ocorrer “via financiamento oficial, para excluídos da moradia urbana, que são confinados em espaço periférico, representando, também, um mecanismo de exclusão e estratificação espacial e social urbana que gera e intensifica a hierarquia interna urbana”, mesmo em municípios de pequeno porte.

O registro fotográfico da Foto 1, documenta as ações de oferta de moradias no padrão popular em um dos projetos promovidos pelo poder público local em parceria com o governo estadual. A foto demonstra que não há uma segregação visível do conjunto habitacional em relação às demais habitações do município.

Considerando os ODM (Objetivos do Milênio), tem-se na questão de moradias o objetivo 7:

- Objetivo 7: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

A questão do meio ambiente será tratada na triangulação específica do item, porém, na questão da qualidade de vida relacionada à moradia, o portal ODM destaca que, apesar do Plano Diretor do município estar declaradamente em fase de construção, em 2008 o município declarou não existir loteamentos irregulares e favelas, mocambos ou palafitas e, em 2010, nenhum morador residia em aglomerados subnormais (favelas e similares).

4.3.2 Discussão sobre a Categoria Moradia

Com uma nova realidade econômica no município, com injeção de centenas de milhares de reais na economia local, com o retorno de moradores sabaudienses que haviam deixado a cidade em busca de novas oportunidades em outras regiões e com a chegada de um contingente de pessoas originárias de outras regiões que passaram a residir na cidade, uma consequência sentida foi a elevação dos preços dos imóveis residenciais na localidade.

Na fala dos entrevistados essa relação de elevação ficou evidente, bem como o déficit habitacional do município. Neste quesito, revisitando o referencial teórico, encontra-se Sposito (2004) que destaca as iniciativas do poder público em ofertar programas habitacionais, principalmente com projetos de habitações “populares”. Não se observou, no entanto, processos de favelização, que se daria por uma aglomeração desordenada em regiões periféricas. O registro fotográfico mostra que os conjuntos de casas foram construídos em regiões próximas ao centro, com infraestrutura compatível com a oferecida nos demais bairros da cidade.

4.4 EDUCAÇÃO

De acordo com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – são três os níveis da educação básica no país: a educação infantil (para crianças de zero a cinco anos), o ensino fundamental (para alunos de seis a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos). A educação infantil é de responsabilidade do poder público municipal. Sobre este nível específico de educação, que pode possibilitar às mães o acesso ao trabalho formal, a impressão dos entrevistados é de

que:

Entrevistado 1: ele (o ex-prefeito, Almir) correu atrás... ele ampliou um pouco mais a creche, ele deixou duas escolas construindo, que está em término agora, prá mais de 500 alunos... uma creche. Ele pensou nisso, a administração do prefeito Almir, ele veio pensando nessas... [...] Em 2005, o município não tinha nem uma escola municipal, não tinha. A escola municipal funcionava dentro da escola estadual. Era ali, um ambiente pequeno, não tinha nem lugar pros alunos movimentarem, nem prá brincar. No segundo ano já conseguiu uma escola municipal. Ele saiu e já deixou essa escola quase terminando, e mais uma creche. [...] Hoje não pode dizer que uma mãe não vai trabalhar porque não tem onde deixar o filho, não. Tá apertado, tá... no momento porque, ó, a população aumentou muito, mas já tem creche quase pronta prá estar atendendo isso aí.

Entrevistado 2: Pra você ter ideia, quando a gente assumiu a prefeitura, o município de Sabáudia não tinha nenhuma escola. A escola do município, a escola primária do município era instalada dentro de uma escola estadual. E a gente não tinha nenhuma escola municipal. Hoje o município tem 4 escolas municipais. Foi feito dentro de 6 anos de gestão do Almir. Não falo 8 (anos) porque 2 (anos) foi prá tirar a prefeitura do marasmo que tava, então eu falo em 6 anos de trabalho.

Entrevistado 4: ...nós fazíamos 50 anos que não tínhamos uma escola em Sabáudia. Hoje nós temos escolas, hoje nós temos 2 escolas, uma super-creche e uma escola que está pra ser entregue. Como repórter a gente acompanha esse tipo de coisa, estamos apenas... nos preocupamos porque não inaugurou ainda.

Na fala do atual prefeito municipal não houve um comentário direto sobre a educação no município. Porém, ao falar sobre o impacto na infraestrutura local, em um dos trechos houve a seguinte afirmação:

Entrevistado 5: ...Aí vem gente, aumenta, as escolas estão apertadas...

Buscou-se junto à Secretaria Municipal de Educação dados relativos ao atendimento dos alunos da educação básica, mas nenhum servidor se dispôs a atender o pesquisador.

4.4.1 Triangulação da Categoria Educação

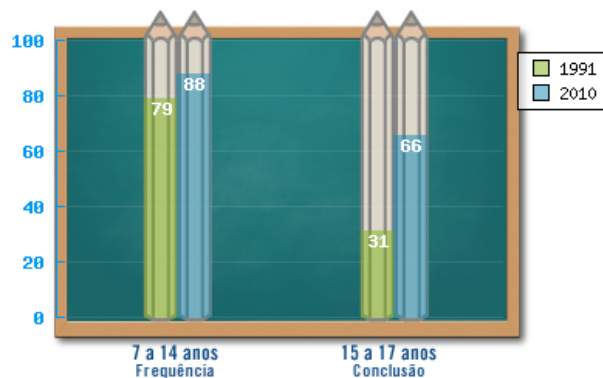
De acordo com dados da base do IBGE, o município possuía em 2010, 91 matrículas em creche e 196 matrículas em ensino pré-escolar. No ensino fundamental conduzido pelo município, 357 matrículas constavam no ano de 2010. Não é possível fazer inferências cruzando as informações dos entrevistados com os números da base de dados do IBGE, pois não foi possível obter oficialmente o número de vagas ofertadas pelo município.

Considerando os ODM (Objetivos do Milênio) específicos para o município de Sabáudia, tem-se:

- Objetivo 2: Educação básica de qualidade para todos

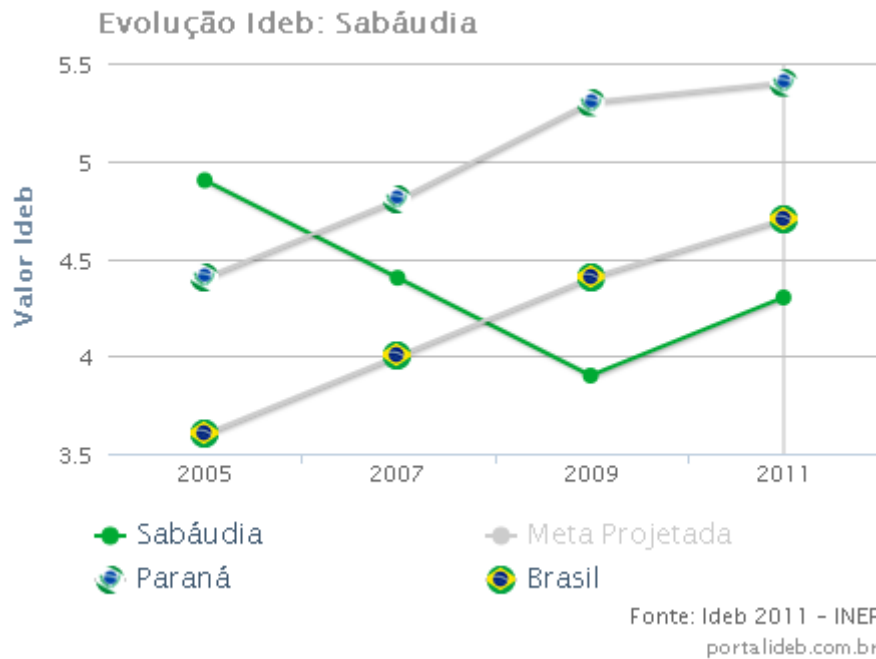
Os resultados apresentados no indicador Educação, de acordo com o portal ODM, o percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 99,3%, enquanto que, no estado, em 2010, a taxa de frequência líquida no ensino fundamental era de 82,8%. No ensino médio, este valor cai para 52,6%.

Gráfico 1 – Percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos em 2010



Fonte: Portal ODM, com base no Censo 2010.

Ainda considerando a Educação, a meta 2 desdobra-se em Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Neste ponto, o portal ODM encontra-se com dados desatualizados, porém, recorrendo-se ao portal IDEB, constata-se que o município está abaixo da meta de 5,3 proposta para o ano de 2011, apresentando resultados inferiores à média nacional e estadual, conforme pode observar no Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 – Evolução do IDEB em Sabáudia

Fonte: IDEB 2011 - INEP

4.4.2 Discussão sobre a Categoria Educação

A elevação do número de famílias residindo no município implicaria, a princípio, no aumento da pressão sobre a infraestrutura educacional disponível. Dentro da política praticada, o gestor municipal que promoveu o processo de industrialização tomou ações visando reduzir esse impacto, aumentando a oferta de educação básica, premissa legal da administração local.

Nos indicadores da educação do município apurados pelos ODM, houve uma deterioração no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica a partir do ano de 2005. Não foi possível fazer uma correlação entre essa degradação do índice com o impacto provocado pelo aumento da demanda dos serviços educacionais públicos, em virtude da não disponibilização de dados pela Secretaria de Educação municipal. Esta análise pode ensejar novas pesquisas no futuro.

4.5 SAÚDE

Quanto à oferta de serviços públicos na área de saúde, os entrevistados também expressaram impressões conflitantes.

Entrevistado 1: Ele (o ex-prefeito Almir) criou posto de saúde em todos os bairros do município. Ele colocou um posto de saúde que não tinha. O hospital era só um pré atendimento, ele atendia só durante o dia. Assim que assumiu, o hospital, que não é um hospital, porque Sabáudia não tem um hospital que possa fazer internamento, é um pronto-atendimento, mas que atende 24 horas, tem médico 24 horas. E tem mais um posto de saúde dentro da cidade que atende, e tem posto de saúde em todos os bairros. Bairro rural, tem posto de saúde, que o prefeito deixou tudo funcionando. Com agente de saúde, médico, dentista, tudo.

Entrevistado 2: Saúde ele (o ex-prefeito Almir) investiu bastante. Nós tínhamos um hospital que fechava 6 horas da tarde e abria no outro dia de manhã. E a gente passou vários anos, continua, graças a Deus tá continuando ainda, hospital 24 horas, tem várias especialidades sendo atendidas no hospital, tá sendo até o dia de hoje. Foi investido muito em saúde.

Entrevistado 3: Saúde pública vai começar a precisar, porque vem também muita gente prá cá, e abriu muito loteamento. Vai começar a precisar de mais saúde. Porque tem muitas coisas, por exemplo, que tem que ir prá fora. Tem que ir pra Arapongas. Algum tipo de tratamento a cidade não oferece.

Entrevistado 4: Então mudou muito, não só na área... principalmente na área da educação e também na área da saúde, que vem desenvolvendo, e até o momento agora, com o novo prefeito, a saúde de Sabáudia entre as outras que a gente vê no país, hoje é uma das melhores.

Entrevistado 5: ...eu acho que a estrutura do município também, hospital tá igual. (O atual prefeito declarou que a proposta de melhoria na saúde foi uma das plataformas que ajudaram a vencer o último pleito para o executivo.)[...] ...Foi na linha da saúde, né? Que o município tá bem deficitário, mas agora já estamos tendo resultado, já. Resultados bons, resultados positivos. Já estamos investindo bem na saúde.

4.5.1 Triangulação da Categoria Saúde

Devido a não haver uma base oficial de dados do número de atendimentos da saúde pública do município, a triangulação dos dados de saúde pública do município limitou-se a comprovar a estrutura atualmente oferecida à população sabaudienses. Conforme dados do portal do SUS³, o município oferece a seguinte estrutura:

³ PORTAL DO SUS. Disponível em: disponível em: http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Conj_Informacoes.asp?VCo_Unidade=4122702573377 – acesso em 10 de junho de 2013.

Quadro 3 – Estrutura do Município

Informações Gerais	PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE SABAUDIA
Instalações Físicas para Assistência	

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:
SALA DE ACOLHIMENTO COM CLASSIFICACAO DE RISCO	1	0
SALA DE ATENDIMENTO A PACIENTE CRITICO/GRAVE	1	0
SALA PEQUENA CIRURGIA	1	0
SALA REPOUSO/OBSERVACAO - FEMININO	1	6
SALA REPOUSO/OBSERVACAO - MASCULINO	1	6

AMBULATORIAL

Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:
CLINICAS BASICAS	2	0
SALA DE CURATIVO	1	0
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	1	0
SALA DE IMUNIZACAO	1	0
SALA DE NEBULIZACAO	1	0

Serviços de Apoio

Serviço:	Característica:
AMBULANCIA	PROPRIO
CENTRAL DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS	PROPRIO
FARMACIA	PROPRIO
LAVANDERIA	PROPRIO
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUARIO DE PACIENTE)	PROPRIO
SERVICO DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	TERCEIRIZADO

Serviços Especializados

Cod.:	Serviço:	característica:	Ambulatorial:		Hospitalar:	
			SUS:	não SUS:	SUS:	não SUS:
111	SERVICO DE ATENCAO AO PACIENTE COM TUBERCULOSE	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
112	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
121	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	TERCEIRIZADO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
145	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR LABORATORIO CLINICO	TERCEIRIZADO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
126	SERVICO DE FISIOTERAPIA	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
140	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PROPRIO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: DATASUS

No mesmo portal, destaca-se a ausência de cadastramento de leitos, o que implicaria na não possibilidade de execução de procedimentos médicos mais complexos, o que corrobora a fala do Entrevistado 3, que afirmou:

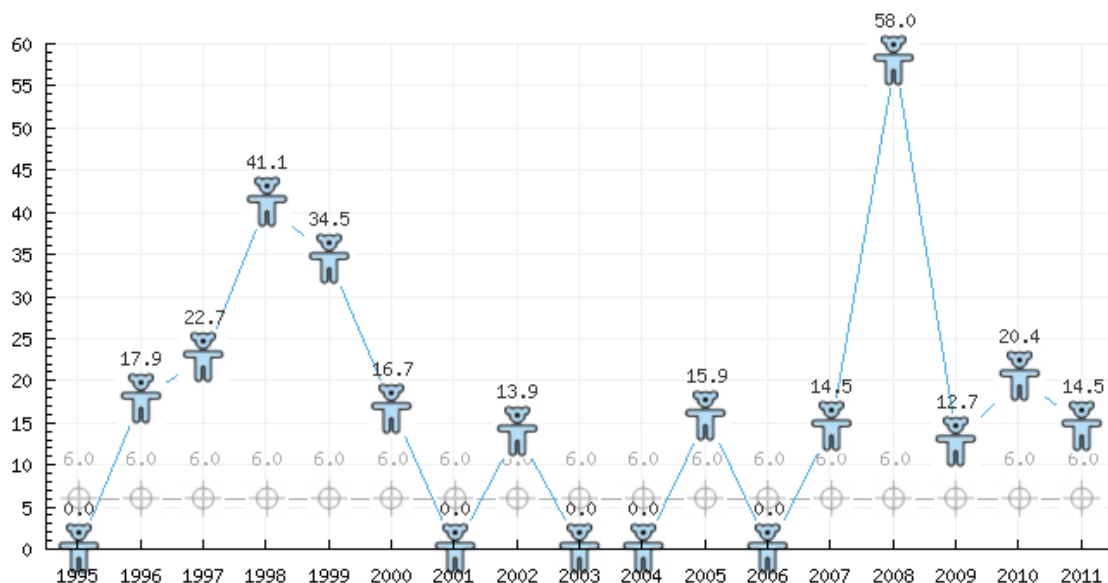
ENTREVISTADO 3: Porque tem muitas coisas, por exemplo, que tem que ir prá fora. Tem que ir pra Arapongas. Algum tipo de tratamento a cidade não oferece.

Considerando os ODM (Objetivos do Milênio) específicos para o município de Sabáudia, tem-se:

- Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

O sistema municipal de saúde é responsável pelo atendimento imediato às demandas da população, não tendo, como visto, os serviços especializados de que muitas vezes necessitam os cidadãos. Decorrente disso, o ODM 4, reduzir a mortalidade infantil, não apresenta números positivos no município, conforme o Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos – 1995 – 2011



Fonte: Portal ODM com base em Ministério da Saúde – DATASUS (2013)

Apesar destes números preocupantes, foi verificado que 100% das crianças menores de 1 ano de idade estavam com sua vacinação em dia no município em 2010 (PORTAL ODM).

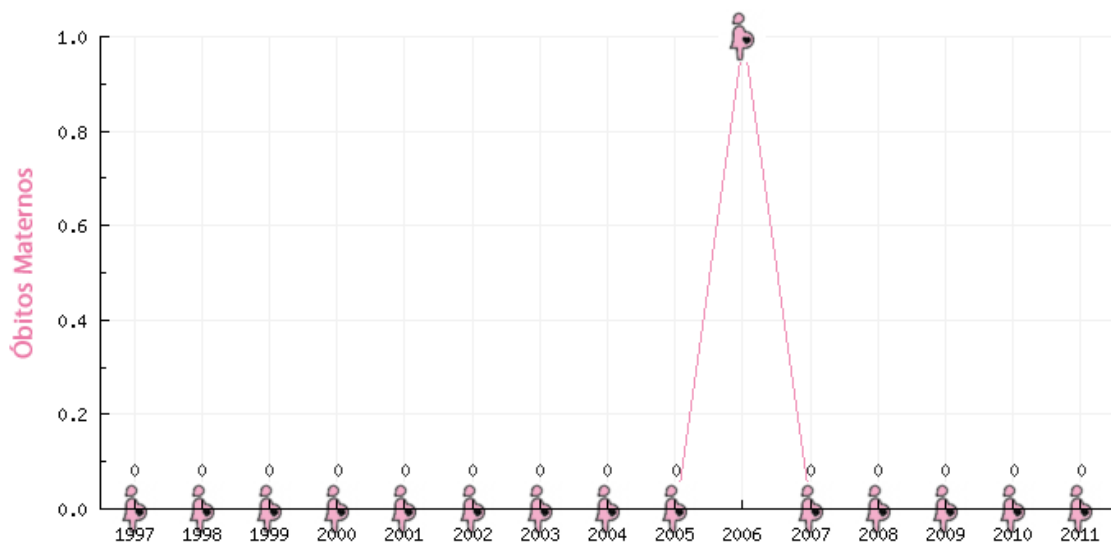
Considerando os ODM (Objetivos do Milênio), tem-se ainda no aspecto de saúde:

- Objetivo 5: Melhorar a saúde das gestantes

De acordo com o portal ODM, em 2011 100% das gestantes tiveram acompanhamento pré-natal, sendo que o percentual de gestantes com 7 ou mais consultas foi de 84,1%.

Além disso, em 2011, 100% dos nascidos vivos tiveram seus partos assistidos por profissionais qualificados de saúde.

Gráfico 4 – Número de óbitos maternos 1997-2011



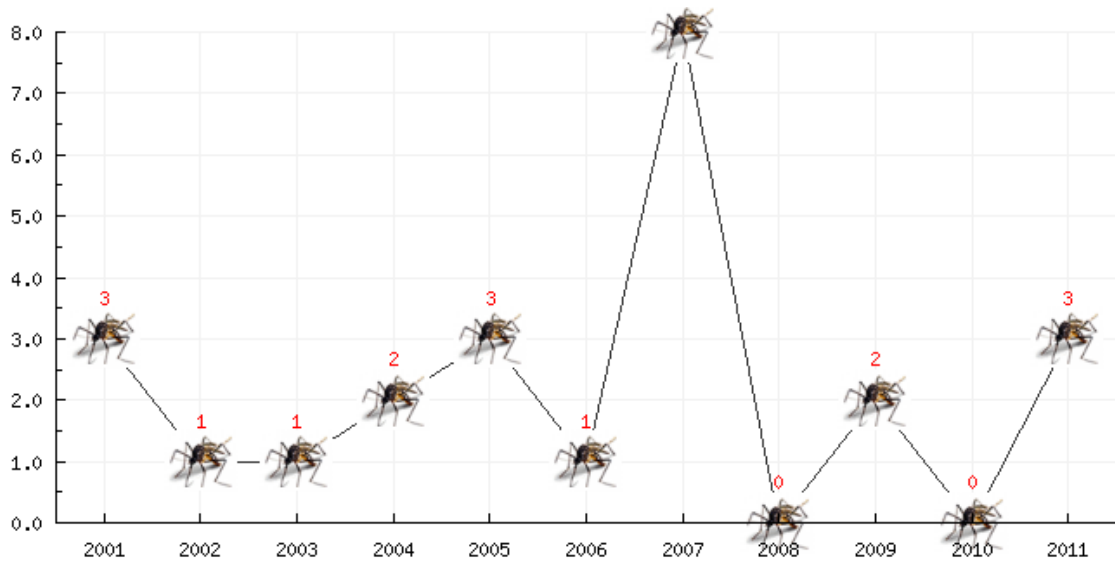
Fonte: Portal ODM com base em Ministério da Saúde – DATASUS (2013)

Outro ODM relacionado à área da saúde é:

- Objetivo 7: Combater a AIDS, a malária e outras doenças

No caso da AIDS, o município teve apenas 1 caso registrado nos últimos 10 anos. No entanto, as doenças transmitidas por mosquitos apresentaram os seguintes resultados, indicado no Gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5 – Número de casos de doenças transmissíveis por mosquito – 2001 – 2011



Fonte: Portal ODM com base em Ministério da Saúde – DATASUS (2013)

O portal ODM destaca que o Ministério da Saúde havia registrado no município, entre 2001 e 2011, 24 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais nenhum caso confirmado de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 13 casos confirmados de leishmaniose e 11 notificações de dengue (PORTAL ODM).

4.5.2 Discussão sobre a Categoria Saúde

Da mesma forma que no aspecto social da educação e moradia, a categoria Saúde busca analisar uma possível deterioração na prestação deste serviço público. Seria de se esperar que uma elevação da população local provocasse um consequente aumento das demandas por serviços de saúde.

Neste quesito, o agir municipal representado pelo executivo local foi demonstrado pela testificada reaparelhagem dos postos de saúde local com a oferta de atendimentos básicos de assistência. Como consequência, os números relacionados a saúde básica de crianças e gestantes tem uma performance dentro de um número considerado adequado sob o ponto de vista dos ODM. Permanece, no entanto, a sensação da população de carência para serviços de maior complexidade.

4.6 DEMOGRAFIA

Na categoria Demografia, buscou-se observar possível ocorrência de aumento populacional em decorrência da atração por postos de trabalho usualmente oferecidos por novas indústrias. Neste aspecto, as impressões dos entrevistados são convergentes.

Entrevistado 1: Eu acredito que de dois anos prá cá aumentou mil pessoas, em média. A população de Sabáudia aumentou mais de mil pessoas, que estão vindo, que continuam vindo. De vários loteamentos que fez aí, trouxe muitas pessoas que vieram comprar terrenos, que vieram construir. Hoje, a cidade... na época tinha mil casas, em 2005. Hoje acho que passa de 2 mil.

Entrevistado 3: ...Prá você ter uma ideia, eu trabalho em Arapongas e o pessoal procura a gente pra saber mais de Sabáudia, procura saber... tem muito amigo meu que veio morar prá cá. E o pessoal procura a gente no dia a dia pra saber de... prá comentar de Sabáudia. [...] Aumentou bastante, os loteamentos aumentou bastante. Tem loteamento que sai, e logo tem bastante casas construindo, né? O povo começa a construir, já vem morar.

Entrevistado 2: Aumentou, a nossa população em 2 anos cresceu... nós éramos uma população... Prá você ter uma ideia, em 75, na grande geada... em 75, Sabáudia tinha 19 mil habitantes. Sabáudia chegou a cair pra 4300 habitantes.

Entrevistador: O que mantinha Sabáudia era o café?

Entrevistado 2: Era o café, a lavoura, né? E com a geada, quando acabou o café, naquele êxodo rural, a população foi saindo, foi saindo, nós chegamos a ter 4300 habitantes em Sabáudia. Hoje nós já voltamos prá... deve estar em torno de 6500. A gente tinha um plano de mais crescimento, de montar mais indústrias e tentar dentro de poucos anos, 4, 5 anos, voltar a 10 mil habitantes. Mas com essa gestão que está aí, eu acho um pouco... não sei o que vai acontecer.

Uma questão levantada foi quanto à origem das pessoas que passaram a residir em Sabáudia atraídas pela industrialização. A dúvida era quanto a se as indústrias teriam conseguido atrair de volta os antigos moradores da cidade. Na impressão do Entrevistado 2, isso não aconteceu.

Entrevistado 2: Não, parece que tem bastante sabaudienses, mas tem pessoas que tinha pouco vínculo com Sabáudia também e escolheram Sabáudia pela industrialização. A maioria pela industrialização, porque de alguma forma as pessoas ficam sabendo do que está acontecendo na cidade. E eles escolheram Sabáudia pela industrialização que... a oferta de emprego era muito grande, os anúncios de emprego... até hoje ainda é muito grande.

Essa opinião não é compartilhada pelo Entrevistado 4:

Entrevistado 4: ...Mas eu acho que o que nós mais tivemos foram pessoas que já haviam saído de Sabáudia um tempo, porque Sabáudia já chegou a

ter 18 mil habitantes, vindo a 3 mil e poucos, 4 mil e essas pessoas regressaram, voltaram então. Vendo que o município estava em desenvolvimento, acabaram regressando à sua terra de origem, à sua terra natal.

Entrevistado 5: Aumentou, nós não sabemos o real número, quanto realmente aumentou, mas pela estimativa do IBGE, o acompanhamento deve estar em torno de 6200 habitantes, 6300.

4.6.1 Triangulação da Categoria Demografia

Ao cruzar estas informações com os dados oficiais, publicados nos censos populacionais do IBGE, tem-se:

População de Sabáudia no CENSO 2000: 5.413 habitantes.

População de Sabáudia no CENSO 2010: 6.095 habitantes.

Aumento da população em números absolutos: 682

Aumento percentual da população: 12,6%

Este número foi comparado com a variação percentual da população dos municípios da Região Metropolitana de Londrina, da qual o município de Sabáudia faz parte. Os resultados podem ser observados na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Variação percentual da população dos municípios da RM de Londrina – Censos 2000/2010

MUNICÍPIO	Variação percentual da população 2000/2010
Londrina	13,0%
Ibiporã	14,3%
Cambé	9,7%
Porecatu	-10,6%
Rolândia	17,1%
Sertanópolis	3,2%
Bela Vista do Paraíso	0,3%
Jaguapitã	12,1%
Alvorada do Sul	11,3%
Pitangueiras	16,4%
Sabáudia	12,6%
Assaí	-9,3%
Primeiro de Maio	1,0%
Jataizinho	4,7%
Florestópolis	-8,0%
Tamarana	25,9%

Fonte: Censo 2000 e 2010 IBGE

4.6.2 Discussão sobre a Categoria Demografia

Na fala dos entrevistados, houve um alinhamento nas impressões de que a população local sofreu uma elevação, com sentimentos diversos sobre a origem destes novos moradores, se oriundos de um movimento de retorno à cidade natal ou se composto de moradores de outras regiões.

Independente desta origem – que não foi objeto desta pesquisa – os números do censo do IBGE comprovam uma elevação de pouco mais de 12% em um período de 10 anos. Se comparado aos dados populacionais de municípios da Região Metropolitana de Londrina – da qual Sabáudia faz parte – percebe-se que esta performance é apenas a 4 colocada em um possível ranking entre as localidades componentes desse território metropolitano.

Os entrevistados apontaram um deslocamento de moradores oriundos de áreas rurais que teriam passado a ocupar os espaços urbanos, na busca por empregos formais ofertados pelas indústrias. Essa migração é evidente na triangulação dos dados. No censo de 2010 do IBGE, registrou-se 999 pessoas residindo na zona rural do município, enquanto que no censo 2000 essa mesma população era de 1377 moradores, uma redução de 378 moradores ou 27,5%. Não é possível inferir que todos esses moradores tenham migrado para a área urbana do município, embora seja este o sentimento dos entrevistados.

4.7 CATEGORIA SEGURANÇA

Esta categoria, não inicialmente prevista no projeto deste trabalho, foi listada e pesquisada a partir da constatação de que poderia ter ocorrido um aumento da criminalidade do município na entrevista inicial realizada com o representante do ex-prefeito (Entrevistado 1).

Na análise das falas dos entrevistados, pode-se observar essa constatação.

Entrevistado 1: A segurança pública é um problema em todo o país, hoje, principalmente no Paraná. O Paraná é o pior que tem, porque os governos anteriores, não teve. Mas, teve problema aqui? Teve. Mas não pelas pessoas que vem de fora. Tem probleminhas aqui? Tem. Roubo de casa, alguma coisinha, tem. Mas é meninos daqui mesmo, do município, não é que vem pessoas de fora... que aumentou... não, mentira. A segurança hoje está melhor do que há uns 2 anos atrás, porque aumentou um pouco o efetivo agora. Nós tínhamos uma cidade em que era um policial trabalhando

durante o dia. Nos anos anteriores nós tínhamos 6 policiais em Sabáudia. Aí de uns 5 anos pra cá caiu pra 1 policial por dia, trabalhando. Agora nós temos 2 policiais, 2 no dia, 2 à noite. A segurança, acredito que afetou não por causa do aumento da população, não. Deu alguns probleminhas, deu. Mas com pessoas daqui mesmo e... sempre tem aqui como tem em todos os municípios.

Entrevistado 3: Agora tá tendo mais coisa, agora. [...] Era mais sossegado... [...] Bastante roubo... [...] Antigamente você podia deixar a porta da sua casa aberta, hoje já não é confiável. [...] Tem muita gente diferente, a gente nunca sabe quem é que vem, né? [...] Hoje o que tá faltando aqui em Sabáudia é mais segurança.

Entrevistado 2: Quando você cresce uma cidade, os problemas sociais crescem junto. Você pode ter certeza disso. Mas Sabáudia ainda é uma cidade tranquila. Foi investido em segurança também, mas já não é mais aquela cidadezinha só de parentesco, que todo mundo é parente de todo mundo, já não é mais a mesma coisa. Já há um pouquinho mais de drogas, a gente vê algumas deficiências hoje em dia. [...] Quando a cidade cresce... a marginalidade tá solta pra todo lado, então você pode ter certeza que alguma coisa vem pra atrapalhar. A gente não tem um controle de quem muda pra cidade, então tanto muda gente boa como muda gente que não traz resultado positivo pra cidade.

Entrevistado 4: ... se eu dissesse pro senhor que não mudou a rotina, eu estaria mentindo. Mas não acredito ... que a industrialização trouxe isso. Porque aqui na delegacia de polícia de Sabáudia e como repórter que sou, 90% dos boletins das ocorrências que nós atendemos, são pessoas que nós praticamente vimos nascer na nossa cidade. [...] Eu acredito que vai dos 14 até os 26 anos, mais ou menos. [...] Eu acredito que uma coisa puxa outra. Sim, a pessoa ela tá vendendo (drogas) mais hoje porque nós temos jovens nessa idade, que infelizmente trabalham a semana toda e o que fazem pra deixar na chamada por nós, a polícia de biqueiras. [...] Hoje tem mais consumidores, eles tem mais como gastar. E é o que movimenta o tráfico, né? [...] Aumentou? Aumentou sim, devido ao tráfico de drogas ter aumentado, as biqueiras, como é chamado pela polícia civil, as biqueiras ter aumentado, então aumenta também os arrombamentos e os furtos. Por quê? Porque o delinquente, que não quer trabalhar, não quer ter o serviço, ele também quer ter o seu final de semana [regado], principalmente o jovem, então ele acaba furtando. Nesse final de semana mesmo nós estamos registrando mais de seis furtos entre residências e abandonos, ou até mesmo de veículos aqui na cidade. Então aumenta sim, aumentou sim, mas é devido, eu agrego isso ao tráfico de drogas, ao tráfico de drogas que o delinquente tem que furtar, roubar, pra manter o seu próprio vício.

Entrevistado 5: Não é que na verdade a segurança piorou, é que a marginalidade aumentou demais. Em função das drogas. Mas, no meu ver, tá melhorando. A segurança pública, agora o governador contratou mais policiais, passou viaturas novas. Isso aí ajuda. Mas a criminalidade tá crescendo muito mais. Uso de drogas, enfim, isso aí que tá sendo um agravante. Sei que não é só em Sabáudia, em todos os municípios que a gente... acompanha aí, os amigos prefeitos. [...] a maioria é daqui mesmo, pelo que a gente ouve falar. Porque nós não temos prova e não podemos falar. São poucos os que vêm de fora, mas quando vem de fora também, limpam. O dia que eu... eu tenho uma loja de móveis aqui, a vez que vieram ali me levaram 42 mil reais em mercadoria. Celular, notebook, televisão... arrombaram, arrebentaram tudo e levaram embora. Esse pessoal é de fora. Claro que deve ter dedo de alguém daqui.

Nota-se pelas falas dos entrevistados houve uma indicação de um possível aumento da criminalidade como uma realidade no município, porém há divergências entre os entrevistados sobre a origem, se provocada por delinquentes

de fora ou do próprio município. A maioria, porém, acredita que o possível aumento da delinquência seria originário de pessoas do próprio município, principalmente jovens, que passaram a ter renda devido ao trabalho nas indústrias e, não tendo formas de lazer e entretenimento, acabam por ser cooptados por traficantes, que passaram a enxergar na cidade um novo centro consumidor.

A indicação de falta de opções de lazer e atividades recreativas para a população, especialmente para os jovens, ficou evidente quando o atual prefeito afirmou que este é um dos focos de sua administração, pois a cidade não tem nenhuma opção para os jovens.

4.7.1 Triangulação da Categoria Segurança Pública

Para buscar dados de fontes externas para efeito comparativo da situação da segurança pública do município, buscaram-se portais de notícias da região, onde foi encontrada a seguinte reportagem:

Sabáudia Comemora a Diplomação de Hugo Manueira seu Vice e Vereadores⁴

Na noite desta quinta feira 13/12 foi realizado na casa da cultura em Sabáudia a diplomação dos candidatos a prefeito, vice prefeito e vereadores da cidade de Sabáudia eleitos no pleito municipal de 2012.

[...]

Ao final do evento o Prefeito Eleito Hugo Manueira agradeceu a todos que depositaram nas urnas o seu voto de confiança e também a todos que nele não votaram, e que, indiferente de lado político, o objetivo é atender a todos os anseios da população sabaudiense, e que aos vereadores eleitos se lembrem bem das promessas de campanha para com a cidade, para que tudo possa ser feito para benefício do povo. Em entrevista ao jornal de arapongas o Prefeito Hugo Manueira nos disse que sua primeira prioridade no início de 2013 se dá na área de saúde do município, fazendo um levantamento geral para poder atender a população o mais eficiente possível, e, em segundo lugar, a segurança pública do município, (*já que*) hoje Sabáudia conta apenas com uma viatura da Polícia Militar e dois policiais, para patrulhar as ruas da cidade, com este efetivo pequeno, Hugo pretende junto ao Governo do Estado logo no início de seu mandato, exigir e expor seus anseios para junto do município de mais viaturas e policiais, e de que futuramente ele tem um projeto de criação da guarda municipal, para uma cidade mais segura e tranquila...

Não existem fontes individualizadas que forneçam dados sobre investimentos no setor de segurança pública e das ocorrências policiais no município, que sejam abertas à pesquisa externa. Assim, a triangulação para mais

⁴ JORNAL DE ARAPONGAS. Disponível em: <http://jornaldearapongas.com.br/noticia/285/sabaudia-comemora-a-diplomacao-de-hugo-manueira-seu-vice-e-vereadores-> Acesso em 10 maio 2013.

de uma fonte de dados externa fica prejudicada.

4.7.2 Discussão sobre a Categoria Segurança

A categoria Segurança, inserida *a posteriori* na pesquisa, mostrou-se relevante, pois demonstrou o sentimento dos moradores de aumento da insegurança e da criminalidade, especialmente do tráfico de drogas. A impressão dos entrevistados é que o consumo é praticado por jovens do próprio município e não por parte de novos moradores.

Esta possível nova realidade social, apontada por Boff (1997); Nigro (2007); visionada por Capra (2005) como uma complexa rede de reações imprevisíveis, pela interação dos indivíduos que a constituem, é comprovada no caso do município de Sabáudia. Embora tacitamente aceita – como um efeito colateral inevitável – pela fala dos entrevistados, a sensação de insegurança pode ser uma resposta social para o aumento da renda e a possibilidade de consumo aumentada para produtos lícitos e ilícitos.

A resposta do poder público local não é tão prontamente efetiva, como em projetos de outras esferas sociais, em razão de que as iniciativas de aumento do contingente da segurança pública é prerrogativa da administração estadual. O município, no entanto, pode ofertar outras formas de ocupação para os jovens. A não oferta de opções de lazer e recreação pode ser um fator de ócio que estimula o consumo de drogas recreativas.

Recuperando o raciocínio de Sposito (2004), a falta de infraestrutura como espaços para lazer acentua-se nas cidades, palco das transformações sociais vividas pela sociedade. Não se pode inferir, muito menos antecipar que as deficiências em infraestrutura de ocupação e lazer possam comprometer irremediavelmente a qualidade de vida dos cidadãos locais, porém, pode indicar uma situação de alerta.

A discussão sobre a categoria Segurança, no entanto, foi, ao longo da pesquisa, seriamente prejudicada pela falta de dados objetivos, de fontes oficiais, que comprovassem de fato a impressão dos sujeitos sobre a sensação de insegurança. Não há, no município, nenhum conselho de apoio a dependentes químicos que pudesse fornecer informações sobre a realidade local. Os registros policiais sobre apreensões de entorpecentes, traficantes e consumidores não foram

fornecidos pela delegacia de polícia local.

Diante destas restrições, não é possível inferir se houve, efetivamente, um aumento da criminalidade originária do consumo de drogas, nem se este suposto aumento seria de jovens do próprio município. A categoria elencada não perde sua relevância diante destes fatos, porém, requer um aprofundamento posterior com a realização de novas pesquisas.

4.8 DIMENSÃO AMBIENTAL

A maior dificuldade do presente trabalho foi avaliar os possíveis impactos ambientais ocorridos no município. Os entrevistados não demonstraram um conhecimento aprofundado sobre o tema, sendo suas contribuições absolutamente superficiais.

Sobre as categorias inicialmente elencadas no projeto como hipóteses a serem observadas, COBERTURA VEGETAL e TERRITÓRIO, há falta de informações relevantes, o que é bastante significativo. Sobre a questão ambiental, as impressões dos entrevistados foram:

Entrevistado 1: eu acho que não teve nenhum problema com as indústrias aqui, de ambiental. Porque na época o Governo deu um apoio, não pode dizer que o Governo não deu apoio. O Governo do Estado deu sempre apoio aqui pra indústria. Foi no começo, teve problema. Teve problema com a Copel, na instalação de energia, demorou. Teve problema com a Sanepar, muita luta pra Sanepar conseguir instalar água nessas indústrias. O problema maior foi entre a Copel e a Sanepar, do que ambiental. Porque a Copel não tinha condições de instalar, demorou um pouco, mas instalou. Não podemos falar da Copel hoje, e nem da Sanepar. Mas no começo deu um probleminha, uma demora. [...] o IAP esteve presente. Não podemos reclamar.

Entrevistado 2: Pras licenças ambientais a gente teve sim. O IAP nos ajudou bastante, embora o esforço do Almir era muito grande... ele não media esforços, ele não tinha dia pra estar na porta do IAP, batendo, lutando pra que se fizesse as liberações. Do IAP a gente teve bastante apoio sim. Eu não posso reclamar do IAP, pelo menos até aqui não. [...] Aqui em Sabáudia ... nós não temos grandes indústrias poluidoras, não tem praticamente nenhuma. São indústrias moveleiras que todo o seu descarte é reaproveitado... a maioria, né? Tem algumas que produzem um pouco de poluição mas são coisas bem pequenas. Então a gente não teve problema.

Entrevistado 5: ... até então não teve (problemas ambientais). Até porque as indústrias são moveleiras, a maioria, né? Indústria de móveis. Mas nós estamos tendo um problema com as águas desse parque industrial. [...] A água que cai dos barracões, a água que produz no parque mesmo, ali, quando chove. Não tem onde escoar. Ela vai arrebentando estradas, vai entrando no sítio dos vizinhos. O povo já tá ficando... então nós temos que fazer um trabalho muito sério nessa área também, que é a da tubulação, onde não aparece, né? Prefeito nenhum quer fazer, mas infelizmente nós...

Nós temos que fazer. Porque se não, como é que faz, né? Vai deixando pro outro, pro outro, e daí? [...] Água da chuva, processo produtivo não. Quanto a isso não estamos tendo problemas, graças a Deus. Nós não temos indústrias poluentes.

O representante da comunidade não indicou em sua fala qualquer impressão sobre impactos ambientais locais.

4.8.1 Triangulação da Categoria Cobertura Vegetal

Na categoria Cobertura Vegetal, poucos trabalhos existem que abrangem a área territorial do município de Sabáudia. Nos estudos de Paula; Rodrigues (2002), Paula; Fachini (2010), comprovou-se que há resquícios da vegetação natural da região, porém, na forma de fragmentos florestais. Especialmente o trabalho de Paula; Fachini (2010) atestou que, comparativamente com a cobertura vegetal da região levantada na década de 1950,

A vegetação hoje encontrada nesta região está extremamente descaracterizada inclusive pelo fato da expansão da fronteira agrícola, por meio do desenvolvimento tecnológico e ainda o surgimento de vilas e cidades na área (PAULA; FACHINI, 2010, p. 3).

Paula; Rodrigues (2002), afirmam que, dos fragmentos vegetais da região por eles denominada de Norte Novo, Sabáudia é a região que possui um dos maiores fragmentos.

No Norte Novo, dos cento e vinte nove fragmentos encontrados, a grande maioria tem sua área entre 1,08 e 24 ha. Dos quatro maiores fragmentos, um encontra-se em Sabáudia, com 113 ha, e três encontram-se em Maringá, (90 ha, 140 ha e 326,43 ha) (PAULA; RODRIGUES, 2002, p. 236).

De acordo com Campos (2010, p. 3), a cobertura típica da região é o cerrado, que é basicamente composto por árvores “baixas, inclinadas e tortuosas, com ramificações retorcidas, geralmente com evidências de queimadas e presença de grande quantidade de gramíneas” e abrange cerca de 20% do território nacional. No estado do Paraná, ocorre em diversas bacias hidrográficas, como é o caso da bacia do Pirapó, no município de Sabáudia. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu biomas considerados como Patrimônio Nacional, porém o cerrado não foi contemplado, apesar de sua biodiversidade.

Dessa forma, é possível que as áreas do cerrado do município continuem a sofrer intervenções antrópicas, principalmente movidas pelo desenvolvimento da área urbana, industrializada.

Na área destinada à instalação das indústrias, os terrenos basicamente tinham como cobertura vegetal gramínea destinada à alimentação de gado. A foto aérea demonstra o principal local onde as indústrias foram instaladas.

Foto 2 – Principal área de instalação de indústrias no município



Fonte: Google Earth – 2013

Foto 3 – Principal área de instalação de indústrias - início



Fonte: Prefeitura Municipal

Foto 4 – Indústria de móveis instalada no parque industrial



Fonte: o próprio autor (2013)

Foto 5 – Fábrica de móveis com barracão de grandes proporções



Fonte: o próprio autor (2013)

No registro fotográfico das Fotos 2, 3, 4 e 5, demonstra-se a principal área destinada à instalação dos barracões do projeto de industrialização. Visualiza-se neste registro que esta área tem uma topografia plana e não contém matas concorrendo por espaço. O espaço era ocupado anteriormente pela exploração econômica da pecuária. A mata ao fundo da foto 4 é uma área de replantio e não uma floresta nativa.

Quanto às fases de instalação das indústrias, observa-se que os licenciamentos concedidos pela prefeitura municipal não se traduziram em imediatas construções. Vários empreendedores iniciaram suas construções, mas as abandonaram temporariamente. O terreno foi preparado para as obras civis e deixado sem nenhum tipo de cuidado, conforme registro fotográfico apresentado na foto 6 abaixo:

Foto 6 – Barracões industriais iniciados e não concluídos



Fonte: o próprio autor (2013)

Na pesquisa, buscou-se saber a respeito do tratamento do lixo urbano do município. O atual prefeito declarou assim esta situação:

Entrevistado 5: Tem lixão a céu aberto. Nós estamos agora começando com um trabalho, estamos mexendo, porque era tudo largado. Nós vamos fazer agora, implantar uma associação dos catadores, fazer a separação do lixo que... do jeito que chega hoje vai tudo. Separa... quem separa nas casas o reciclado é separado. Aquele um que joga no lixo, tem gente que não separa. O cara joga e não tá nem aí. [...] Não, ainda não (não possui coleta seletiva). Tem a coleta normal. O caminhão de lixo passa duas vezes na semana recolhendo o reciclável, que é distribuído um saco plástico. O pessoal coloca e toda segunda e sexta, se não me engano...

Comprovando a informação, verificou-se a existência de um lixão a céu aberto, conforme demonstra a Foto 4 da imagem aérea abaixo:

Foto 7 – Área do Lixão Municipal



Fonte: Google Earth – 2013

O registro fotográfico da Foto 7 documenta a existência de uma área para destinação do lixo urbano, porém não foi possível adentrar ao local para um registro por terra, por restrições da administração municipal. Esta área fica afastada dos núcleos residenciais, mas ainda dentro do espaço territorial. Não existe no local qualquer sistema de tratamento ou uma configuração que impeça a contaminação do solo ou do lençol freático.

4.8.2 Triangulação da Categoria Licenciamento Ambiental

A Resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) 237/97 elenca atividades que estão sujeitas ao licenciamento ambiental. Entre as diversas atividades que constam no rol desta resolução, encontram-se:

- Indústria de madeira;
- serraria e desdobramento de madeira;
- preservação de madeira;
- fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada;
- fabricação de estruturas de madeira e de móveis.

Assim, evidencia-se a necessidade de obtenção do licenciamento

ambiental para a atividade econômica predominante no processo de industrialização do município, ou seja, indústrias de móveis.

Na administração pública municipal, houve uma dificuldade em obter através dos órgãos municipais os números exatos sobre a industrialização. Somente no fechamento do presente trabalho este número foi disponibilizado ao pesquisador, podendo denotar uma centralização da informação em poucos servidores municipais.

Anteriormente, todos os entrevistados convergiram em afirmar que o número situa-se entre 80 a 90 empresas e que várias outras têm projetos de instalação aprovados. No entanto, os dados oficiais apresentam informações divergentes. Por exemplo, no Relatório IPARDES de dezembro de 2012, os números apresentados foram:

Tabela 4 – Número de Estabelecimentos e Empregos Segundo as Atividades Econômicas - 2011

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECEMENTOS	EMPREGOS
Indústria de produtos minerais não metálicos	6	42
Indústria metalúrgica	11	64
Indústria mecânica	2	8
Indústria de materiais de transporte	1	1
Indústria da madeira e do mobiliário	20	304
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	3	101
Indústria química, prod.farmac., veterin., perf., sabões,velas e mat.plást.	2	11
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	5	38
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	8	52
Construção civil	6	45
Comércio varejista	46	406
Comércio atacadista	29	93
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	4	9
Administradoras de imóveis, valores mobil.,serv.téc.n.profis.,aux.ativ.econ.	29	822
Transporte e comunicações	22	45
Serviços de alojamento, alim.,reparo, manut., radiodifusão e televisão	12	39
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2	5
Ensino	1	3
Administração pública direta e indireta	2	306
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	66	269
TOTAL	277	2663

Fonte: IPARDES, 2012

Pela somatória do número de empresas classificadas no segmento

econômico “indústria” (de qualquer segmento), chega-se a um total de 58 empresas.

Pelo Cadastro Central de Empresas do IBGE, foi possível obter a evolução do número de empresas instaladas de entre os anos de 2008 a 2011, que está demonstrada na Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 – Evolução no número de empresas no município de Sabáudia – 2008 2011

2011	2010	2009	2008
Número de empresas atuantes	Número de empresas atuantes	Número de empresas atuantes	Número de empresas atuantes
787	756	746	704

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE (2010)

Considerando que o número de empresas atuantes abrange todos os segmentos econômicos do município – incluindo o comércio, maior representante – a diferença entre o número de empresas atuantes em 2011 em relação a 2008 chega a 83 empresas, número bastante próximo ao anunciado como sendo a quantidade de indústrias instaladas no município.

Considerando que a atividade predominante das indústrias – fabricação de móveis – obrigatoriamente necessita de licenciamento ambiental, que é obtido através da emissão consecutiva de 3 (três) licenças (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), seria de se esperar que um número muito próximo a 80 licenças tivessem sido emitidas.

Ao consultar os dados oficiais do órgão estadual responsável pela análise de projetos de instalação industrial e emissão de licenças ambientais, o IAP – Instituto Ambiental do Paraná – este número apresentou-se muito distante ao esperado, conforme demonstrado na Tabela 6 abaixo.

Tabela 6 – Número de Licenças Ambientais Emitidas - Sabáudia

Número de Licenças Ambientais emitidas - Sabáudia - 2005/2012	
Licenças Prévias	7
Licenças de Instalação	5
Licenças de Operação	10
Total de licenças emitidas	22

Fonte: IAP (2013)

O número a que se refere à Tabela 6 considerou apenas atividades

de transformação, ou seja, atividades industriais.

Essa divergência entre o número de empresas instaladas e as licenças ambientais emitidas chamou a atenção, o que exigiu contato não previamente planejado com o Escritório Regional do IAP em Londrina (PR).

Ao entrevistar o fiscal do IAP, senhor João (nome fictício), as informações obtidas foram:

- O IAP não tem fiscais suficientes para fiscalizar empresa por empresa.
- Se não constam licenças emitidas, é porque não foram requeridas.
- Se a empresa instalou-se, é porque o município concedeu Alvará de Funcionamento, sem a emissão da licença.
- A prioridade do IAP são as licenças prévias de instalação.

O fiscal mostrou concordância com o processo de industrialização em Sabáudia, em virtude da geração de emprego e renda para o município, elogiando a atitude do ex-prefeito.

Considerando os ODM (Objetivos do Milênio) no aspecto ambiental, no objetivo 7 temos:

- Objetivo 7: Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente

No Gráfico 6 abaixo, apresenta-se os resultados em relação ao meio ambiente, conforme o portal ODM:

Gráfico 6 – Ocorrências impactantes observadas com frequência no meio ambiente nos últimos 24 meses – 2008



Fonte: Portal ODM (2013)

O Portal ODM relata que o município não possui Conselho Municipal

de Meio Ambiente, nem Fundo Municipal de Meio Ambiente e não realiza licenciamento ambiental de impacto local. Em complementação ao objetivo 7, em 2010, houve um aumento de 52% para 78,4% de moradores com acesso à água tratada e 96,3% dos moradores do perímetro urbano contavam com o serviço de coleta de resíduos e 90,7% tinham energia elétrica distribuída pela companhia responsável (uso exclusivo).

4.8.3 Discussão sobre a Dimensão Ambiental

Na discussão sobre a dimensão ambiental, não se pode ouvir o raciocínio de Ribeiro (1998) que destaca a prevalência dos interesses particulares quando o interesse coletivo é difuso entre vários interesses da própria sociedade. De forma aparente, o agir municipal atendeu reivindicações legítimas da população, captadas através de pesquisa aplicada, de que houvesse no espaço territorial a oferta de oportunidades de geração de renda e subsistência à população, sem a necessidade de deslocamento de trabalhadores para outros municípios.

Borinelli et al (2011) menciona a legitimidade de intervenção dos atores em áreas de interesse público e Caetano; Souza; Enders (2006) relatam o aumento do controle ambiental por instituições não governamentais. No entanto, observa-se que no município de Sabáudia não há uma articulação social relevante, que poderia ser classificada como “controle social” sobre os atos do poder público. Os executores da política pública viram suas ações serem legitimadas por pesquisas (não disponibilizadas ao autor do presente trabalho) mas também, e principalmente, pela representação democrática pelos vereadores locais.

A configuração político-democrática do Estado brasileiro confere aos representantes eleitos pelo povo a legitimação das ações que possam repercutir sobre o conjunto da população, e este poder legislativo mostrou-se ser peça fundamental para o sucesso da consecução da política industrializante praticada. Quer bem, quer mal, os representantes eleitos traduziram o sentimento coletivo como aprovativo para os projetos desenvolvidos pelo ex-prefeito municipal.

No caso de Sabáudia, as ações implementadas pelo poder público municipal obedeceram ao rito de organização de ação e mobilização das energias sociais, de que fala Buarque (2008) ao afirmar que,

O planejamento local é também um instrumento de grande utilidade para a

organização da ação dos atores e agentes, orientando as iniciativas e gerando uma convergência e articulação das diversas formas de intervenção na realidade. Desta forma, o planejamento contribui para a mobilização das energias sociais dentro das condições internas - potencialidades e estrangulamentos - e externas - oportunidades e ameaças - que promovam o desenvolvimento sustentável; e constitui uma referência para a implementação das ações que podem desatar o processo de transformação na direção e objetivos definidos pela sociedade, que leva ao desenvolvimento sustentável (BUARQUE, 2008, p. 56).

Na fala do Entrevistado 1 essa mobilização evidencia-se:

*Entrevistado 1: [...] . A industrialização, na época, até muitos não acreditavam. Porque... uma cidade pequena, pra você convencer o empresário, no porte de muitos empresários que tem em Sabáudia hoje a colocar uma empresa em Sabáudia... foi com muita luta. Eu parableno o prefeito. O prefeito Almir convenceu os empresários, fez os empresários acreditarem que Sabáudia teria condições de colocar uma empresa e ela ir tocando, que teria meninos aqui com capacidade de trabalhar.[...]
[...]Na época que ele assumiu, em 2005, o Almir disse que precisava de toda a capacidade de vida que o município tinha, toda a capacidade que o município tinha de financiar, fazer uma dívida. Somou o máximo e pediu pra nós. Nós não tínhamos outra alternativa, nós tivemos que acreditar nele e dar o aval. Na época acho que era, em vista de hoje é mixaria. Na época o que se podia financiar era 600 e poucos mil. Era o dinheiro que o município tinha condições, é isso que ele tinha de crédito. E nós tínhamos que liberar tudo pro prefeito ainda, mas nós acreditamos nele.*

Neste caso, aplica-se a concepção de Buarque (2008), quando afirma que,

O planejamento local e os planos de desenvolvimento são, antes de tudo, um **instrumento de negociação** com os parceiros potenciais - tanto na fase de elaboração quanto após a produção do documento síntese - e de **aglutinação política dos atores**, na medida em que expressa, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais. Além disso, o planejamento e os planos de desenvolvimento conferem transparência às opções e decisões tomadas pela comunidade, explicitando os objetivos e as prioridades. Os planos de desenvolvimento ajudam a organizar e canalizar as ações do governo como **catalisador de múltiplas iniciativas** de diversas instâncias que se articulam e convergem no espaço local (municipal); ao mesmo tempo, estabelecem as relações entre as demandas da sociedade - incluindo as demandas de caráter imediato - os projetos das diversas áreas de governo e as iniciativas e programas de outros agentes que podem ser implementados no território municipal (BUARQUE, 2008, p. 56)

Esta constatação salienta que os representantes da comunidade local, ocupantes do cargo legislativo na câmara de vereadores, foram plenamente convencidos na necessidade do empreendimento realizado, tornando dessa forma irrelevante qualquer discussão aprofundada sobre possíveis impactos ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender os impactos sociais e ambientais em um processo de industrialização no município de Sabáudia, estado do Paraná. O objeto de pesquisa, o município de Sabáudia, mostrou-se um estudo de caso relevante, dadas as especificidades do próprio município e a forma em que se procedeu a condução do projeto.

Do ponto de vista de uma avaliação externa, existe um discurso que aprovaria o que foi realizado no município, defendendo sua anuência pela ótica da lógica desenvolvimentista, que prevê o crescimento econômico como forma de inserção do indivíduo à sociedade. A fundamentação para isso é o discurso do desenvolvimento sustentável, de que falam Pronk; UI Haq (1991), referindo-se a este como o que traz justiça e oportunidades para todas as pessoas do planeta, ao mesmo tempo preservando os recursos naturais e respeitando a capacidade de carga dos sistemas ecológicos.

O sentimento provocado por um processo de industrialização e aumento das oportunidades de trabalho via de regra é avaliado como positivo pelos munícipes, pois vislumbram uma facilitação para colocação profissional de seus filhos e de outros segmentos da população. Qualquer desvio identificado pela própria sociedade é aceito de forma resignada como um efeito colateral do processo, mas que pode ser administrado com cuidados tomados por cada cidadão.

O agir municipal mostrou-se eficiente em fazer uma leitura de uma aparente demanda da sociedade local por empregos e, desta forma, promover ações públicas para operacionalizar o atendimento destes anseios. O espaço territorial foi modificado, embora alguns poderiam apontar que a ocupação do solo pelas indústrias ocorreu em áreas pobres do ponto de vista da biodiversidade, como comprova o registro fotográfico inserido nesta pesquisa. De fato, as áreas destinadas à instalação das indústrias são de pouca diversidade biológica, constituída de pastagens em cerrado.

Um sinal de alerta deve ser dado, entretanto. A nova administração local indicou que algum dano às áreas de fundo de vale pode estar ocorrendo pelo escoamento de águas da chuva captadas pela cobertura dos barracões industriais. Como o registro fotográfico foi realizado antes desta observação, não se pode documentar se isso de fato acontece. No entanto, permanece o registro da fala do

atual prefeito municipal como um indicador de possível dano ambiental.

Ilustrativamente do uso da política estabilizadora a que se refere Queiróz (2009), o poder executivo local empreendeu uma série de ações para proporcionar vantagens aos empresários interessados em se instalar no município, como a concessão de terrenos por comodato e a isenção de impostos municipais. Estas vantagens, aliado a potencialidade logística do município que fica próximo a grandes centros e rodovias estratégicas, foram determinantes para o sucesso do projeto.

No desenvolvimento da pesquisa e na visita *in loco*, tornou-se claro que o município não tem mecanismos de controle social efetivos, ficando restrito ao sistema de freios e contrapesos próprios da configuração política do Estado brasileiro, onde um poder controla e limita a atuação de outro. Essa constatação ficou demonstrada pela inexistência de conselhos municipais e entidades da sociedade civil organizada, como observatórios sociais, por exemplo. Assim, a câmara de vereadores foi alçada à posição de única detentora de legitimidade para o controle das ações do poder executivo.

Quanto aos instrumentos de gestão pública, Nigro (2007) destaca que existem iniciativas de propostas de especialistas em buscar a implementação de mecanismos de gestão baseados na lógica sistêmica, instrumentalizando os agentes públicos com ferramentas de origem matemática que podem fornecer modelos de indicadores baseados nas interações complexas dos elementos sociais constituintes da sociedade. São, por exemplo, mecanismos de análise matemática pela teoria dos conjuntos Fuzzi.

Porém, nem todos os agentes públicos, responsáveis por dar respostas às diversas demandas dos setores sociais, estão se instrumentalizando dessa forma, ou por não compreender a complexidade dessas interações por um lado, ou por acreditar que medidas pontuais, corretivas, são suficientes, por outro. Para Nigro (2007), mesmo o poder público local dotado de instrumentos legais de ação normativa (através de regulamentações) ou de ação corretiva (como manutenções) ou ainda de preventivos como licenciamentos e análises de risco, os resultados são restritos, pois os interesses são conflitantes.

No caso do processo de industrialização do espaço territorial do município de Sabáudia, torna-se evidente que o poder público local, à época da implantação do processo, compreendeu a variável social da necessidade de trabalho

como fundamental e, por ação intensa, buscou dotar o município dos meios de reprodução da força de trabalho na forma de indústrias, o que trouxe uma satisfação imediata para os anseios de geração de renda da população.

Por outro lado, o processo parece não ter levado em conta, em toda a sua dimensão, as reações imprevisíveis, ou se previsíveis, possivelmente negadas, do próprio tecido social em produzir a liberação do anseio ao consumo do entretenimento, entretenimento este que pode ser legítimo ou ilegítimo. A sensação provocada nos sujeitos de que teria ocorrido uma intensificação do consumo de drogas, provocada pelo aumento da renda dos jovens, foi uma reação inesperada na proposta original.

Uma constatação no decorrer da pesquisa foi que, no caso de Sabáudia, as ações implementadas pelo poder público municipal obedeceram ao rito de organização de ação e mobilização das energias sociais, a que se refere Buarque (2008). Evidenciou-se que o planejamento das ações a serem empreendidas contribuiu para a mobilização social dos setores que detinham o poder para a legitimação das ações.

A concordância e aprovação por parte da câmara de vereadores para empenho de toda a capacidade de endividamento do município na primeira fase do processo de industrialização demonstrou como a ação foi organizada e energias sociais foram mobilizadas para o atingimento do intento proposto. A não capacidade de mobilização dos representantes da comunidade que detém o poder para aprovação de orçamentos, no caso os vereadores, fatalmente faria com que o projeto se tornasse um natimorto como tantos outros projetos que não conseguem a legitimação necessária. A fala do principal representante do ex-prefeito (Entrevistado 1) torna evidente que houve um convencimento de todos os componentes da câmara de vereadores, independente das cores partidárias.

A capacidade de mobilização do ex-prefeito tornou-se evidente na aprovação pela câmara municipal do projeto de industrialização e do próprio convencimento do empresariado regional em investir no município, diante dos incentivos oferecidos na forma de isenção de impostos municipais e cessão por comodato dos terrenos para construção dos barracões industriais. Estas intensas negociações são referidas por Buarque (2008) como aglutinação política de atores, que representa adequadamente a concertação promovida pelo ex-prefeito para capturar investimentos privados fora do município.

O planejamento dos municípios brasileiros, a partir do advento da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, ganhou como instrumento o Plano Diretor que objetiva dar ordenamento sistemático e lógico às ações do poder público municipal no atendimento as demandas sociais, estruturais e ambientais do município. Cabe ressaltar que esta Lei aplica-se obrigatoriamente aos municípios com mais de 20.000 habitantes, não sendo este o caso do município de Sabáudia, que conta com pouco mais de 6.000 habitantes. No entanto, mesmo estes pequenos municípios cuja aplicação da Lei não é obrigatória, podem valer-se dos princípios do Plano Diretor para guiar suas ações.

É oportuno dizer que o município de Sabáudia, mesmo tendo uma população de pouco mais de 6.000 habitantes, portanto, desobrigado da confecção de um Plano Diretor, através de seus gestores e legisladores públicos, previu a adoção desta ferramenta, conforme pode ser comprovado pela Lei Orgânica do Município (Anexo A).

Assim, aponta-se para um futuro uso do Plano Diretor como instrumento de planejamento e gestão, porém, esta ferramenta ainda não foi implementada até a data de fechamento desta pesquisa.

Quanto ao planejamento de absorção da intensificação das demandas da população por serviços públicos, notadamente na questão habitacional, percebe-se pelo conjunto de ações adotadas de parceria entre o poder público municipal e as esferas estadual e federal que houve uma preocupação em proporcionar à população mais moradias de padrão popular.

Ficou evidente que a localidade ficou exposta a um risco de segregação social, por conta da construção de residências através de financiamentos oficiais, risco este a que se refere Bernardy (2013), que poderia ensejar uma exclusão espacial e social. Porém, na constatação local, este risco não se confirmou.

Neste respeito, é temerário inferir que houve alguma espécie de segregação social, pois conforme o registro fotográfico e a visita *in loco*, os conjuntos habitacionais estão integrados ao perímetro residencial do município, muito próximos ao centro da cidade e são habitados por famílias que não aparentam condição de miséria. Analisado sob uma perspectiva de déficit habitacional, que foi apontado como de 600 moradias, ainda há muito que realizar no município para atender às demandas da população.

A utilização de uma triangulação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio avalia-se como fundamental, pois as articulações para dar conta dos desafios da sustentabilidade se dão também em nível local. Como direção aos esforços comuns – incluídos os do poder público – para enfrentamento da pobreza, os ODM são fundamentais, conforme afirmam Cerqueira e Facchina (2005). Assim, o estudo de aplicabilidade de indicadores sociais e ambientais no nível local pode ser profícuo para a descoberta da efetividade das políticas públicas no âmbito regional, no nível do território, para compor uma agenda efetiva de transformações de impactos positivos na sustentabilidade ambiental e social.

Como limitação da pesquisa, pode-se apontar a dificuldade de obtenção dos dados oficiais do município, notadamente os provenientes da Secretaria da Educação, que poderia subsidiar uma triangulação mais eficiente do que a realizada neste trabalho. Outro fator limitador foi a não obtenção de entrevistas com o empresariado local, que se negou, em pelo menos 6 ocasiões e em empresas diferentes, em atender o pesquisador.

Fica ainda como limitação da pesquisa um estudo mais aprofundado do possível aumento da criminalidade no município por conta do suposto incremento no consumo de drogas por jovens do próprio município. Como mencionado ao longo da exposição da categoria Segurança, as triangulações não foram efetivas por falta de uma fonte de dados disponível e segura como referência.

Como indicação para futuras pesquisas, acredita-se relevante analisar o fato de que o ex-prefeito municipal não ter conseguido eleger seu sucessor. A derrota nas eleições municipais do candidato do ex-prefeito não foi compreendida pelos entrevistados partidários do ex-administrador, sendo atribuída a uma ingratidão do eleitorado local.

Para o atual prefeito, no entanto, sua vitória deveu-se a uma deficiência na oferta de condições mais favoráveis de acesso a serviços públicos relevantes, como a saúde, a segurança pública, a educação e a oferta de opções de ocupação e lazer para os jovens.

A complexidade de uma análise desta natureza e o fato de não ser o foco do presente trabalho determinou a não consideração desta situação no mínimo intrigante.

Outro ponto considerado relevante que pode ensejar novas pesquisas é a questão da oferta de emprego para mão-de-obra pouco qualificada.

Nas falas dos entrevistados, esse tipo de emprego ofertado é evidenciado, requerendo observar o planejamento para oferta de capacitação profissionalizante no município.

Ao ponderar as falas dos entrevistados com a triangulação de dados externos, infere-se que as políticas públicas implantadas com o objetivo de promover a oferta de emprego e geração de renda local foram avaliadas positivamente pela sociedade local, porém, a efetivação de políticas complementares que pudessem dar conta de outras demandas geradas pela própria renda obtida e pela migração experimentada não foram suficientes, podendo ter sido a causa da não continuidade da proposta política que promoveu a industrialização local.

A discussão a respeito da sustentabilidade social e ambiental passa necessariamente por um aprofundamento das considerações de natureza econômica, para ingressar em um campo mais alinhado a uma noção de ecologizar as relações humanas, em promover uma democratização ambiental, de que fala Bassani; Carvalho (2004).

A continuidade das interações e relações humanas no espaço territorial urbano depende de um contínuo compreender e apreender a complexidade do momento atual e dos desafios futuros.

REFERÊNCIAS

- BASSANI, P. CARVALHO, M. A. V. Pensando a sustentabilidade: um olhar sobre a agenda 21. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 9, p. 69-76, jan./jun. 2004. Curitiba: Editora UFPR.
- BORINELLI, B. et al. Regulação ambiental e consumo sustentável: um discussão a partir da percepção dos consumidores de Londrina – PR. **Revista Capital Científico**. Guarapuava, v. 8 n. 1 - jan./dez. 2010.
- BELLEN, H.M.V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- _____. Indicadores de desenvolvimento sustentável – um levantamento dos principais sistemas de avaliação. In: ENANPAD, 2002, **Anais...** Salvador, 22 a 25 de setembro de 2002.
- BERNARDY, R. J. O planejamento urbano de pequenos municípios com base no Plano Diretor. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Ijuí, ano 11, n. 22 jan/abril/2013 p. 4-34.
- BOFF, L. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CAETANO, F.; Souza, W.; Enders, W. T. Controle social do espaço público na gestão de recursos hídricos: o caso dos comitês de bacia do Rio Grande do Sul. EnAPG. **Anais...** São Paulo, 22 a 24 de novembro de 2006.
- CAMPOS, J. B. Cerrado. v. 6. **Série Ecossistemas Paranaenses**. Paraná, 2010.
- CAPRA, F.; CIPOLLA, M. B. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002.
- CERQUEIRA, F.; FACCHINA, M. A agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: as oportunidades para o nível local. BRASIL: **Caderno de debates** n. 07, 2005.
- CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- COSTA, P. A. Breves Notas sobre Políticas Econômicas e Gestão do Território no Brasil – 1968 – 2006. In: VESTENA, L. R. et. al. (Org.). **Saberes geográficos**: teorias e aplicações. Guarapuava, UNICENTRO, 2008.
- DEMATTEIS, G. In: ALVES, A. F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo, Expressão Popular: 2008.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 5. ed. Sao Paulo: Ed. Nacional, 1975.

HAGUETTE, T. M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis, Vozes: 1987.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEDÜS, P.; VELA, H. Os projetos de desenvolvimento. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul**. Santa Maria, UFSM: 2003.

KLEINSCHMITT, S. C.; LIMA, J. F.; WADi, Y. M. Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores? **Interseções**. Rio de Janeiro: v. 13 n. 1, p. 65-90, jun. 2011.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, P. L. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 ed. São Paulo, Saraiva: 2010.

MAYRING, Philipp. **Introdução à pesquisa social qualitativa**. Weinheim: Beltz, 2002.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. **O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia**. Estudos de Psicologia 2002, 7(2), 237-250.

NIGRO, C. D. **Insustentabilidade Urbana**. Curitiba: IBPEX, 2007.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002, pp. 37-48.

PAULA, P. F., FACCHINI, M. P. Estudo comparativo da vegetação de cerrado pesquisado por Maack, em 1950 e revisitado em 2007, em Sabáudia, PR. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. EnG: 2010. **Anais...** Porto Alegre: 25 a 31 de julho de 2010.

PAULA, A. S.; RODRIGUES, E. Degradação da paisagem norte-paranaense: um estudo de fragmentos florestais. **SEMINA: ciências agrárias**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 229-238, jul./dez. 2002.

PINTO, M. R. et al. Perfil das Condições de Saúde e Saneamento das Capitais Brasileiras na Perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM):

subsídios para a formulação e a avaliação de políticas públicas de saúde. EnAPG, 2008. **Anais...** Salvador (BA): 12 a 14 de novembro de 2008.

PRONK, J; UL HAQ, M. **Sustainable development: from concept to action**, the Hague Report. New York: United Nations Development Programme, 1992.

RATTNER, Henrique. Sobre exclusão social e políticas de inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**. ano II, n. 18, novembro de 2002.

RIBEIRO, M. A. **Ecologizar: pensando o ambiente humano**. Belo Horizonte: Rona, 1998.

QUEIRÓZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2. ed. ver. atual. e ampl. Curitiba: IBPEX, 2009.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbana. Os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

SANAHUJA, J. A. Seguridad, desarrollo y lucha contra la pobreza tras el 11-S: los Objetivos del Milenio y la "securitización" de la ayuda". **Documentación Social**, n. 136, p. 25-41, 2005.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

STRAUSS, A. CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2 ed. Porto Alegre, Artmed: 2008.

TURRA NETO, N. In: VESTENA, L. R. et. al. **Saberes geográficos: teorias e aplicações**. Guarapuava, UNICENTRO, 2008.

VALÉRY, P. **Eupalinos ou o arquiteto**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

VEIGA, J. E. In: LAVINAS, L, CARLEIAL, L. M. F., NABUCO, M. R. (Org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993, pp.149-169.

VIEIRA PINTO, A. V. **O Conceito de Tecnologia**. v. I. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro para a realização das entrevistas aos representantes da comunidade local

Para a efetivação das entrevistas, utilizou-se um roteiro de questões que deveriam ser consideradas, embora não necessariamente formuladas. Esse roteiro serviu de guia para a condução das entrevistas.

Roteiros de entrevistas

DIMENSÃO SOCIAL:

Categoria emprego

(Para o administrador municipal):

- Cite qual era a rotina dos trabalhadores da cidade antes da implantação das indústrias.

- Mencione casos de moradores terem que se mudar do município por falta de oportunidades de trabalho, caso tenham ocorrido.

- Qual era a ocupação dos jovens que completavam o ensino médio na cidade, após a conclusão do curso?

(Para o líder comunitário):

- Relate casos de pessoas que se mudaram da cidade por falta de oportunidades de trabalho, caso tenham ocorrido.

- Como ficou a vida das famílias após a instalação das indústrias em relação à oferta de emprego?

- Muitas pessoas conseguiram trabalho nas indústrias que se instalaram na cidade, sendo que antes essas mesmas pessoas tinham que se deslocar para trabalhar em outras cidades. Por favor, relate a situação atual dessas pessoas empregadas agora nas indústrias locais.

Categoria moradia e serviços públicos

(Para o administrador municipal):

- Os moradores da cidade estão investindo mais em novas moradias ou reformas de suas residências?

- Houve aumento no valor das casas no município após a instalação das indústrias?

- A prefeitura consegue ofertar mais serviços públicos para a população, como escolas do ensino básico, creches e postos de saúde?

- Já é possível avaliar algum tipo de retorno em relação a arrecadação municipal de tributos que possam ser investidos no município?

(Para o líder comunitário):

- Você percebeu alguma mudança na oferta de serviços públicos, como escolas municipais, creches e postos de saúde?

- Você notou alguma mudança no valor das casas no município? E o valor dos aluguéis, se alterou após a instalação das indústrias?

- Você acha que hoje no município as pessoas têm mais lugares para passear com a família ou tem alguma opção de lazer que antes não existia?

Categoria demográfica

(Para o administrador municipal):

- Houve algum aumento importante do número de moradores do município após a instalação das indústrias?

- (Se a resposta ao item anterior foi positiva) As pessoas que passaram a morar na cidade tiveram facilidade para encontrar moradia, escolas e outros serviços públicos?

- Houve alguma dificuldade de adaptação ou integração desses novos moradores com os antigos moradores do município?

(Para o líder comunitário):

- Você notou algum aumento da população da cidade depois da instalação das indústrias?

- (Se a resposta anterior foi positiva) As pessoas que se mudaram para cá conseguiram se adaptar bem à cidade?

- Em sua opinião, os moradores antigos da cidade aceitaram bem essa vinda de pessoas de outras regiões para morar na cidade?

DIMENSÃO AMBIENTAL:

Categoria cobertura vegetal

(Para o administrador municipal):

- No projeto de instalação das indústrias na cidade, houve algum impacto em áreas com cobertura vegetal?

- A Prefeitura estabeleceu algum tipo de acompanhamento para que a ocupação do solo seguisse algum tipo de cuidado ambiental?

(Para o líder comunitário):

- Você percebeu algum tipo de desmatamento para que as indústrias pudessem ser instaladas na cidade?

- Em sua opinião, o aspecto geral da cidade ficou mais bonito depois da instalação das indústrias?

Categoria território

(Para o administrador municipal):

- Como a prefeitura seleciona o tipo de indústria a ser instalado na cidade?

- Existe alguma exigência por parte da prefeitura em relação ao tratamento de resíduos das indústrias?

- Alguma indústria utiliza corpos de água na região (rios ou lagos) para descarte de resíduos?

(Para o líder comunitário):

- Você conhece algum rio ou lago na região que tenha sido afetado pela instalação das indústrias?

- O senhor conhece algum relato de indústrias que estejam se utilizando de algum rio ou lago para descartar resíduos?

- Existe algum rio ou lago na região onde seja possível a pesca ou o lazer das pessoas da cidade?

ANEXOS

ANEXO A

Lei orgânica do município

Esta lei foi aprovada em 05 de abril de 1990 e retificada em 06 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial do município em 30 de julho de 2012, prevê no Capítulo V que,

Art. 114 - O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana, obrigatório e aprovado mediante lei municipal, abrangerá as funções de vida coletiva, em que se incluem habitação, trabalho, circulação e recreação, e, em conjunto, os aspectos físico, econômico, social e administrativo, nos seguintes termos:

I. no tocante ao aspecto físico-territorial, o plano deverá conter disposições sobre o sistema viário urbano e rural, o zoneamento urbano, o loteamento II. no que se refere ao aspecto econômico, o plano deverá inscrever disposição sobre o desenvolvimento econômico e a integração da economia municipal à regional;

III. quanto ao aspecto social, deverá o plano conter normas de bem-estar da população;

IV. no que se refere ao aspecto administrativo, deverá o plano consignar normas de organização institucional que possibilitem a permanente planificação das atividades públicas municipais e sua integração nos planos estadual e nacional.

Parágrafo primeiro - As normas municipais de edificação, zoneamento e loteamento ou para fins urbanos atenderão às peculiaridades locais, e à legislação federal e estadual pertinentes.

Parágrafo segundo - O Município poderá exigir, nos termos do art. 182, §4º, da constituição Federal, o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.